

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOYCE ROBERTTA SILVA

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA
APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
“PARQUE DO GOIABAL” (ITUIUTABA – MG)**

Ituiutaba – MG

2021

JOYCE ROBERTTA SILVA

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DA
APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
“PARQUE DO GOIABAL” (ITUIUTABA – MG)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio gonçalves

Ituiutaba – MG

2021

Dedico este trabalho primeiramente a deus, por ser essencial em minha vida, o autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angustia, ao meu pai Jair Roberto da Silva, minha mãe Neide Alves de Freitas e aos meus irmãos Joseph Roberto da Silva e Jailson Roberto da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que com sua infinita bondade foi meu sustento em todos esses anos na universidade e fora dela.

A meus pais Jair Roberto da Silva e Neide Alves de Freitas que sempre me incentivaram a continuar meus estudos e acreditar que podemos através da educação transformar a realidade.

A meus irmãos Joseph Roberto da Silva e Jailson Roberto da Silva que são pilares fundamentais em minha vida a quem dedico todo meu amor.

Aos meus avós Paternos José Pereira e Maria Pereira e aos Maternos Joaquim Pedro e Maria Roberta pelos conselhos transmitidos que sempre me levaram em direção aos estudos a eles o meu carinho e amor.

Agradeço também a toda a minha família em geral, tios(a), primos(a) entre outros por apoiarem sempre transmitindo pensamentos positivos diante de meus esforços.

A meus orixás Iansã e Ogum que sempre estiveram presentes irradiando sobre mim sua divina luz a eles principais integrantes de minha religião umbandista minha fé, devoção e amor.

Aos meus amigos, Luís Gustavo, Juliano Cavalcanti, Guilherme Arantes, Branca Maria, Alexia Carla, Tatiele Medeiros, Daiane Assis, Cinara Correia, Isaias Irineu, Graciene Maria, Ana Lucia e Ana Palmira e tantos outros que sempre estiveram comigo e sempre acreditaram em meu sucesso. A eles o meu muito obrigada pelo apoio e carinho.

Agradeço também a minha orientador e amigo Dr. Sergio Gonçalves, a quem tive o privilégio de conhecer logo de início e permanecer junto até aqui. Obrigada por acreditar em minha capacidade enquanto discente, por contribuir com minha formação e por ser um amigo maravilhoso excelente profissional e dedicado professor.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia, à professora Dr. Jeane Medeiros tutora do programa a quem tenho um imenso carinho e gratidão e a meus amigos petianos que contribuíram muito com a minha formação e trabalho em equipe a todos o meu muito obrigada.

Agradeço também aos demais professores do Curso de Geografia a quem lembrarei sempre com grande carinho, pois no decorrer dos anos passaram de professores à amigos a eles todos o meu muito obrigada pela força e carinho.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campos PONTAL, pelo apoio prestados em todos esses anos na qual através dela pude concretizar com sucesso mais uma das várias etapas em minha vida.

Por fim sou grata a todos que de alguma forma, direta ou indireta participaram da realização desse projeto.

Obrigada a todos.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós
ignoramos alguma coisa.”

(FREIRE, 2002, p. 69)

RESUMO

O presente trabalho é o resultado da realização de um diagnóstico socioambiental na área de Proteção Ambiental Parque do Goiabal. À luz da discussão sobre as áreas de proteção ambiental, objetivamos discorrer sobre as unidades de conservação ambiental, tomando o Parque do Goiabal como área de estudos, onde procuramos compreender os riscos e as potencialidades da APA. As metodologias utilizadas foram o levantamento de informações sobre a APA, os trabalhos de campo, a observação direta e a representação imagética e cartográfica das informações espaciais. As conclusões obtidas é de que a APA apresenta uma série de problemas de gestão, com o abandono de estruturas e infra estruturas, risco de incêndio, entrada sem controle de pessoas, além de lixo e outros problemas ambientais, todos explicitados como riscos internos. Observou-se uma variedade de riscos externos (pressão imobiliária, descuido com o entorno do parque, invasão de gado e de pessoas, fogo, lixo. Apesar dos problemas, há uma grande potencialidade do uso da APA Parque do Goiabal para atividades de turismo, lazer, além de toda a questão a preservação ambiental desse importante fragmento de cerrado.

Palavras-chave: Unidades de Conservação Ambiental; Gestão Ambiental; Vulnerabilidade Ambientais.

RESUMEN

El trabajo es el resultado de la realización de un diagnóstico socioambiental en el Área de Protección Ambiental Parque del Goiabal. A partir de la discusión acerca de áreas de protección ambiental, objetivamos discutir sobre las unidades de conservación ambiental, abordando la realidad del Parque del Goiabal, donde procuramos comprender los riesgos e las potencialidades de la PA. Las metodologías utilizadas fueron levantamientos de informaciones sobre el APA, trabajos de campo, observación directa, así como representación de imágenes e cartogramas de las informaciones espaciales. Hemos concluido que el APA presenta una serie de problemas de gestión, como el abandono de las estructuras e infraestructuras, riesgo de incendio forestal, acceso sin control de animales e personas, así como basura e otros problemas ambientales, todos catalogados como riesgos internos. Observamos aún más riesgos en el entorno del parque, como las presiones inmobiliarias, el descuido con el entorno del parque, la invasión de vacunos y personas, el fuego y la basura. Mientras los varios problemas, el APA Parque del Goiabal posee potencialidades para el uso en actividades de turismo, ocio y preservación ambiental de este importante fragmento de savana tipo cerrado.

Palabras-chave: Unidades de Conservación Ambiental; Gestión Ambiental; Vulnerabilidad Ambiental.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ituiutaba: Núcleo original do povoado de são José do Tijuco, 1890.....	18
Figura 2	Ituiutaba: Espaço urbano em 1940.....	19
Figura 3	Ituiutaba: Espaço urbano em 1960.....	20
Figura 4	Malha urbana e localização do Parque do Goiabal (2019).....	21
Figura 5	Ituiutaba: remanescentes de vegetação no perímetro urbano, 2020.....	23
Figura 6	Imagem de satélite do Parque do Goiabal, 2021.....	25
Figura 7	Parque do goiabal – Erosão do solo em área florestada.....	
Figura 8	Parque do goiabal – Erosão do solo em área não florestada e com presença de plantas invasoras (capim brachiária).....	
Figura 9	Parque do Goiabal – portão de acesso destruído.....	
Figura 10	Parque do goiabal – trilhas sinalizadas.....	
Figura 11	Parque do Goiabal – Trilhas não sinalizadas e plantas invasoras.....	
Figura 12	Parque do Goiabal – Lixo e fogo.....	
Figura 13	Parque do Goiabal – portão de acesso destruído.....	
Figura 14	Parque do Goiabal – Quadra desativada.....	
Figura 15	Parque do Goiabal – Captação de água.....	
Figura 16	Parque do goiabal – Lago 1.....	
Figura 17	Parque do goiabal – Lago 2.....	
Figura 18	Parque do Goiabal – Erosão do solo na borda da área Florestada e cerca de arame desestabilizada – face norte.....	
Figura 19	Parque do Goiabal – Futuro loteamento ao lado do parque – face sul.....	
Figura 20	Parque do Goiabal – Tipos de pressão verificadas no entorno.....	
Figura 21	Parque do goiabal – Incêndio na face oeste – o mato alto e o tempo seco facilitaram a propagação das chamas (2014).....	
Figura 22	Parque do Goiabal – Inauguração.....	
Figura 23	Parque do Goiabal – Cenas de lazer nos finais de semana (década de 1990).....	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Categorias de manejo de unidades de conservação propostas pela IUCN, 2007.....	30
Quadro 2	Síntese dos principais autores utilizados sobre a categoria paisagem.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Período de Criação das UC's Federais.....	32
Gráfico 2	UCs de Proteção Integral no Brasil, 2015.....	35
Gráfico 3	UCs de Proteção Sustentável no Brasil.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	Área de Proteção Ambiental
CE	Ceará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GO	Goiás
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PR	Paraná
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TO	Tocantins
UCs	Unidades de Conservação
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNCED	Comissão Mundial da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	09
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. OBJETIVOS.....	17
2.1 Objetivo Geral	17
2.2 Objetivos Específicos.....	17
3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO EM ITUUITABA - MG: caracterização	17
3.1 Produção do espaço urbano no município de Ituiutaba	17
3.2 Breve caracterização das áreas de preservação ambiental no perímetro urbano	23
3.3 A criação do Parque do Goiabal	24
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	26
4.1 Histórico das Unidades de Conservação no mundo	26
4.2 Histórico das Unidades de Conservação no Brasil	30
4.3 O papel do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC	33
4.4 Área de Proteção Ambiental (APA) Parque do Goiabal	37
4.5 A Análise da Paisagem como instrumento de gestão ambiental.....	40
5. MATERIAL E MÉTODOS.....	43
5.1 Etapas de Execução do Trabalho.....	43
5.1.1 Levantamento de informações.....	43
5.1.2 Trabalho de Campo	43
5.1.3 Produção cartográfica e imagética	44
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	44

6.1 Os riscos e vulnerabilidades observados no interior da APA.....	00
6.1.1 - Plantas invasoras.	44
6.1.2 - Voçoroca e assoreamento.....	45
6.1.3 - Portão de acesso.....	47
6.1.4 - Trilhas.	47
6.1.5 - Lixo e fogo.....	49
6.1.6 - Lanchonete, quiosques e banheiros.....	50
6.1.7 - Quadra poliesportiva.	50
6.1.8 - Lago e captação de água.....	51
6.2 Os riscos e vulnerabilidades observados no entorno da APA.....	54
6.3 As potencialidades de uso da APA	57
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
9. ANEXOS.....	66
Anexo 1 - Lei 1.826 (24 de agosto de 1977)	67
Anexo 2 - Decreto Lei que 5.781 (10 de abril de 2006)	70
Anexo 3 - Lei Municipal 88 (13 de maio de 2020)	71

1. INTRODUÇÃO

No processo de produção do espaço, a questão ambiental muitas vezes é relegada a um segundo plano pelos gestores, de maneira que em muitas cidades brasileiras verifica-se a não preocupação com o estabelecimento de parques e áreas verdes urbanas.

Ao priorizar atributos espaciais como ruas, calçadas, casas, prédios, canalização de rios, produz-se um espaço urbano onde os meios técnicos se sobrepõem ao meio natural, cimentando, literalmente, os vestígios naturais.

Sabe-se que as intensas atividades desenvolvidas pela ação humana no meio urbano alteram as dinâmicas e processos ambientais dessas áreas, resultando em diversos problemas sociais e ambientais, induzindo aos riscos socioambientais. Afonso (1999), afirma que “os padrões ocupacionais, ao invés de permitirem o desenvolvimento sustentável, tem causado um quadro de degradação ambiental mais grave quanto mais intensa a utilização humana”.

Nas últimas décadas, por conta dos conflitos entre os impactos da ocupação humana e a conservação da biodiversidade, unidades de conservação estão sendo criadas como medida de preservação e conservação dos ecossistemas, ampliando o escopo da dinâmica preservacionista. A busca de novas alternativas de ocupação em conjunto a conscientização individual e ao cumprimento da legislação ambiental são passos fundamentais para a minimização dos efeitos impactantes da ação humana ao meio e, portanto, são cada vez mais requisitadas e utilizadas.

Apesar da literatura tratar sobretudo das Unidades de Conservação no meio rural, tem crescido o número de pesquisas sobre as áreas preservadas existentes nos espaços urbanos.

As unidades de conservação (UCs) são áreas naturais protegidas pelo poder público e/ou pela iniciativa privada, destinadas à conservação da biodiversidade e outros fins. A criação destas unidades de conservação no mundo atual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade (VALLEJO, 2003).

No entanto, as unidades de conservação em conjunto com a legislação não garantem a plena preservação ambiental. Ainda que a criação de APAs (Áreas de Proteção Ambiental), Parques, Reservas e demais categorias de unidades de conservação presentes no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) desempenhem um papel importante para a preservação ambiental, estas não estão imunes ao que acontecem no seu entorno, tendo em vista

que em áreas rurais continuam a se desenvolver a agropecuária e, nas áreas urbanas, a se expandirem as atividades urbanas e o desenvolvimento do meio técnico.

Segundo Silva Araújo *et al.* (2011), as APAs, por exemplo, enquadram-se em uma categoria que apesar de sua grande importância, apresentam muitas vezes problemas de conservação. Verifica-se uma grande dificuldade do poder público em fiscalizar e manter o uso correspondente ao planejado (SILVA ARAÚJO *et al.*, 2011).

Portanto, apesar da importância da legislação conservacionista, a sua realização não induz o fim de riscos e impactos ambientais dentro das áreas naturais. Algumas destas áreas, sobretudo as situadas no sítio urbano, apresentam maior vulnerabilidade nas quais os riscos são mais destacados assim como os impactos também são mais observáveis.

Em seus 120 anos de história, Ituiutaba atingiu a marca dos 105.818 habitantes (IBGE – 2021), em um sítio urbano com 2.598.046 km², (2020), seguindo as características de diferentes cidades de porte médio no Brasil, pouco se fez em relação à preservação ambiental com foco ao estabelecimento de reservas ambientais, ou ainda, em relação à proteção das matas ciliares.

A preocupação com a preservação ambiental urbana tem despertado na sociedade a convicção da necessidade de, através da pesquisa científica e de ações de gerenciamento, monitoramento e educação ambiental, encontrar uma situação de equilíbrio entre uso e preservação do meio ambiente (MUEHE, 1998). Certamente, no meio urbano essa preocupação é ainda mais complexa.

Colocadas as considerações iniciais, o presente trabalho é um estudo sobre a APA – Área de Proteção Ambiental Parque do Goiabal, importante fragmento de cerrado existente no perímetro urbano de Ituiutaba.

Como veremos no presente trabalho, a APA Parque do Goiabal representa uma “ilha” de cerrado inserida em um espaço urbano com intensa transformação, sobretudo pela urbanização verificada em seu perímetro.

Por ser a única área de preservação urbana do município, há fora pequenos fragmentos vegetais, geralmente em áreas de preservação permanente ao longo de rios, é importante identificar e analisar com maior profundidade os riscos e as potencialidades da Área de Proteção Ambiental Parque do Goiabal, no sentido de dimensionar os impactos que as atividades

humanas exercem sobre essa área natural, pois percebemos claramente uma série de ameaças à essa unidade de conservação.

Na **introdução** e nos **objetivos** são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos pelos quais essa pesquisa se guiou. Pretende-se delimitar quais serão os enfoques dentro da problemática apresentada e quais são as pretensões de resultados, discussões e análise.

O **capítulo três** trata da análise do processo de produção do espaço urbano em Ituiutaba – MG, delimitando as áreas de preservação ambiental existentes no sítio urbano, tecendo considerações sobre sua existência, características e dimensões em relação ao perímetro urbano.

No **capítulo quatro** são apresentadas e também discutidas as fundamentações teóricas importantes sobre a legislação e o histórico das unidades de conservação, fazendo uma análise escalar do global ao nacional, para chegar no local, apresentando nesse contexto o processo de implantação da Área de Proteção Ambiental Parque do Goiabal.

O **capítulo cinco** é composto pela explicação dos materiais e métodos utilizados no decorrer da pesquisa e depois de como os mesmos foram trabalhados para a elaboração da discussão sobre o tema. Nesse capítulo serão apresentados e qualificados os indicadores de sustentabilidade e de vulnerabilidade do Parque do Goiabal.

Os resultados estarão presentes no **capítulo sexto**, no qual vão ser apresentadas as informações colhidas em campo, assim como imagens e cartogramas que nortearão discussões sobre a realidade estudada, procurando definir e dimensionar os riscos e vulnerabilidades observados no interior e no entorno da APA, bem como as potencialidades do Parque do Goiabal.

Nas **Considerações finais** serão retomados os objetivos e será feita avaliação da efetividade do método e das discussões desenvolvidas para alcançá-los. Serão apresentadas as dificuldades que permearam a elaboração do trabalho, bem como perspectivas de mudança e novas perspectivas de estudo que abordem o tema das Unidades de Conservação e os conflitos de uso da terra presentes nelas.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho foi realizar um diagnóstico socioambiental da APA – Área de Proteção Ambiental “Parque do Goiabal”, localizado no município de Ituiutaba – MG.

2.2. Objetivos Específicos

- Discorrer sobre a questão das unidades de conservação, fazendo a discussão sobre a criação internacional do conceito e sua incorporação na legislação ambiental brasileira;
- Situar no processo de produção do espaço urbano de Ituiutaba a criação do Parque do Goiabal e sua atribuição como APA;
- A partir da definição de indicadores, realizar a análise dos riscos e das potencialidades da APA Parque do Goiabal.

3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO EM ITUIUTABA – MG: Caracterização.

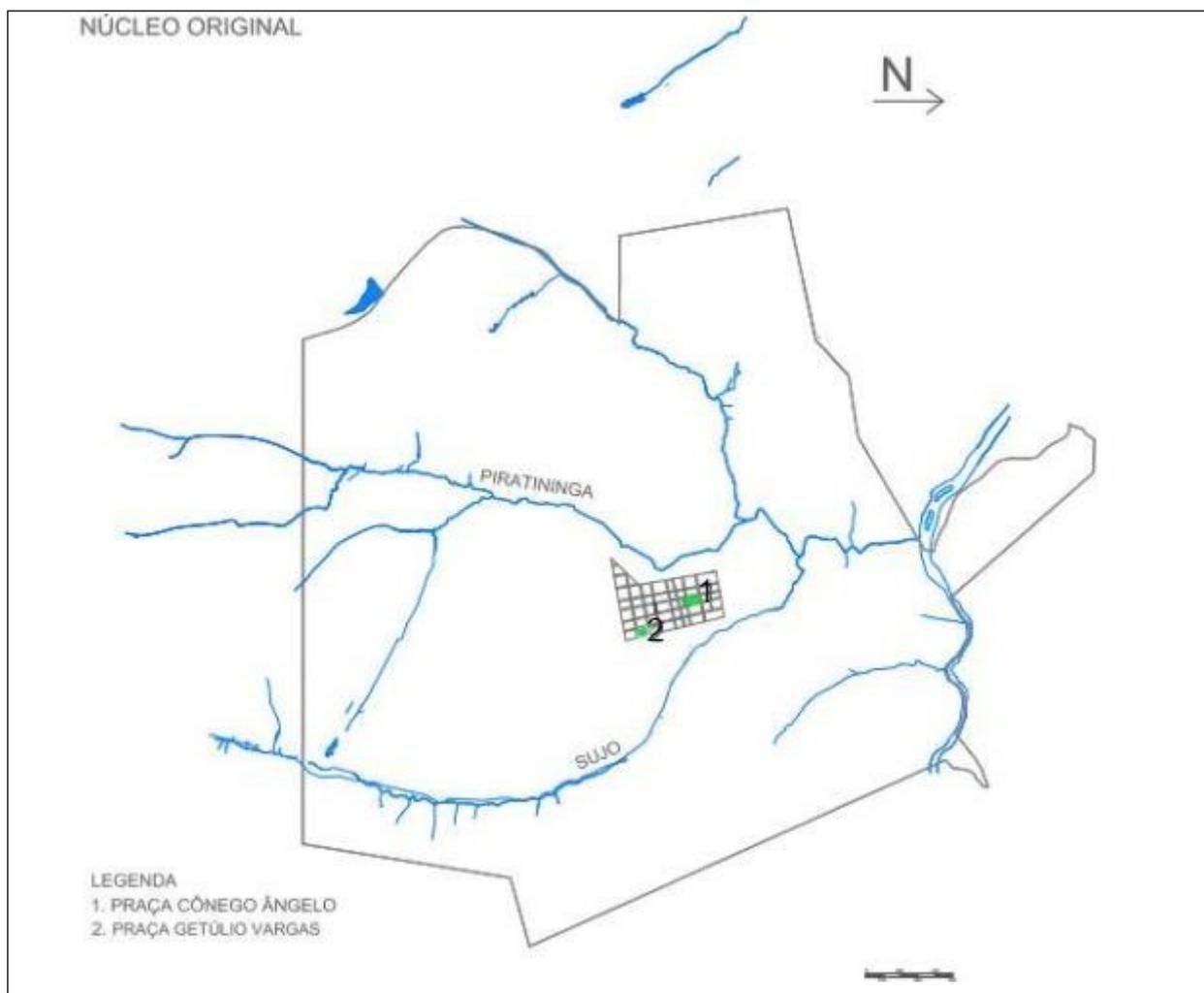
O espaço urbano ituiutabano é o resultado de um processo iniciado há 120 anos, quando se assentaram na localidade os primeiros moradores. Nesse tempo, o município cresceu e se desenvolveu e, como veremos no presente capítulo, raras foram as áreas verdes preservadas no perímetro urbano.

3.1. Produção do espaço urbano no município de Ituiutaba.

Para se ter uma noção mais concreta de como se deu a ocupação histórica do município de Ituiutaba-MG, devemos partir do entendimento que inicialmente, viviam na região tribos indígenas do grupo Gê (Caiapó e os Paraniá). Desde o século XVII, com a exploração empreendida por bandeirantes, esses grupos humanos ou foram exterminados, ou abandonaram a região, que recebeu lento e gradativo processo de colonização, o que resultou na formação dos primeiros núcleos de habitação, na forma de povoados, vilas e cidades.

É desse contexto que a localidade de São José do Tijuco surge, sendo criado pela lei provincial nº 138 de 03-04-1839, e lei estadual nº 2, de 19-09-1891, subordinada ao município de Prata.

Figura 1: Ituiutaba: Núcleo original do povoado de são José do Tijuco, 1890.



Fonte: GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla (2014, pág. 05).

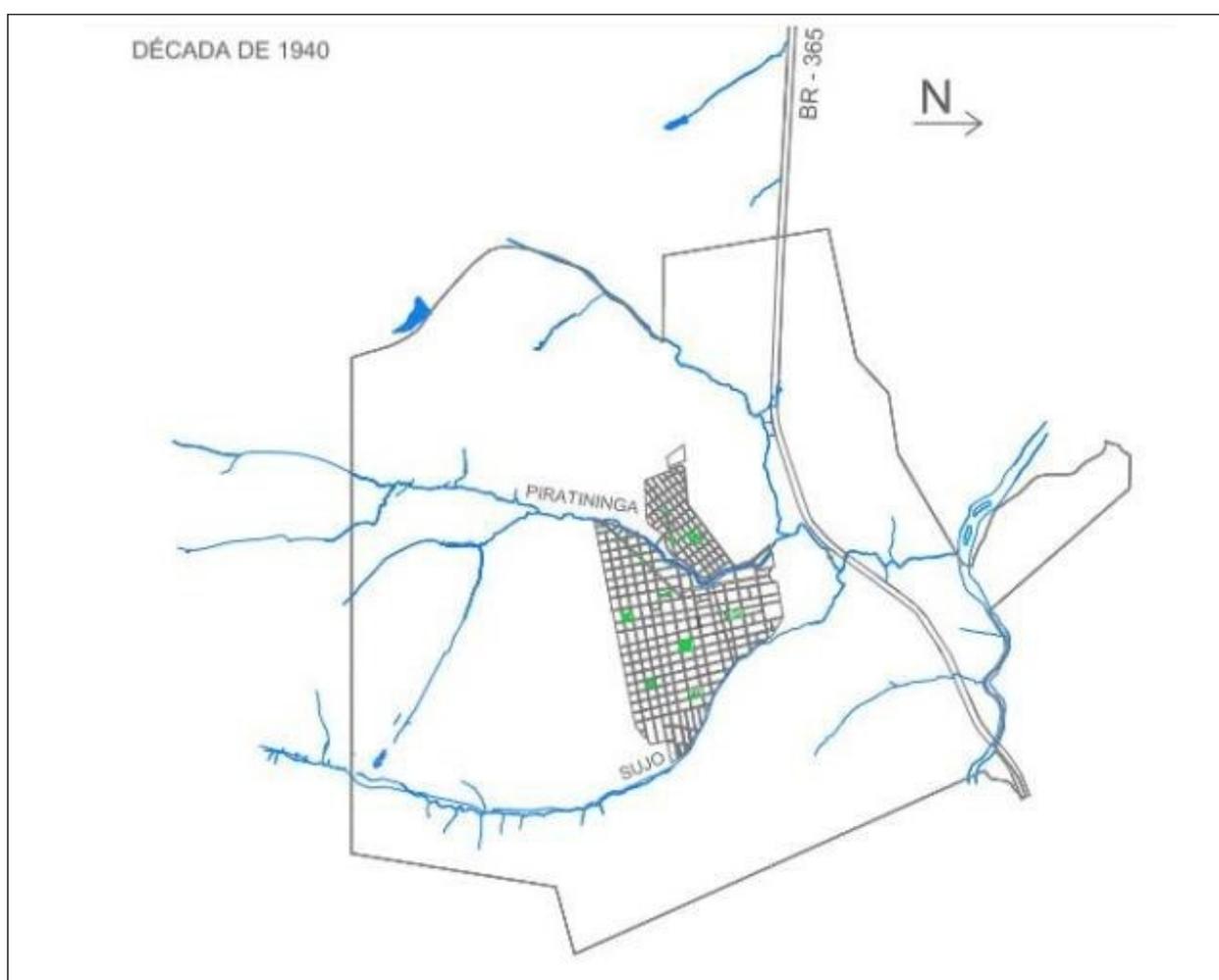
Décadas depois, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila Platina, pela lei estadual nº 319, de 16-09-1901, sendo desmembrado de Prata. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a Vila Platina foi elevada à condição de Distrito Sede. Em 18-09-1915, a Vila Platina passou à condição de município e, através da Lei Estadual nº 663, tornou-se Comarca, recebendo o nome de Ituiutaba (IBGE, 2015).

Entre os anos de 1915 e 1950, ocorreu modificação na paisagem urbana, cuja economia era muito dependente das atividades econômicas realizadas no meio rural. Foi na década de 1950 que o município passou por um período de crescimento populacional, que contou com a forte imigração advinda principalmente da região nordeste para o meio rural, com forte crescimento da atividade agrícola, sobretudo, produção de arroz.

Guerra e Libera (2017, pág. 08), apresentando a figura 03, informam que

Nesse momento a cidade já contava com aproximadamente 32 mil habitantes, e foi marcada por dois processos de expansão, sendo um entre às margens dos córregos Pirapitinga e Sujo, e o segundo pela ocupação além córrego Pirapitinga, que se configurou como o primeiro limite físico superado pela expansão urbana. A implantação dos bairros às margens do córrego Sujo foi realizada pela população de baixa renda trabalhadora das lavouras, sendo fundamental para alavancar a superação deste limite físico da cidade, impulsionando uma futura ocupação no sentido Leste

Figura 2: Ituiutaba: Espaço urbano em 1940.

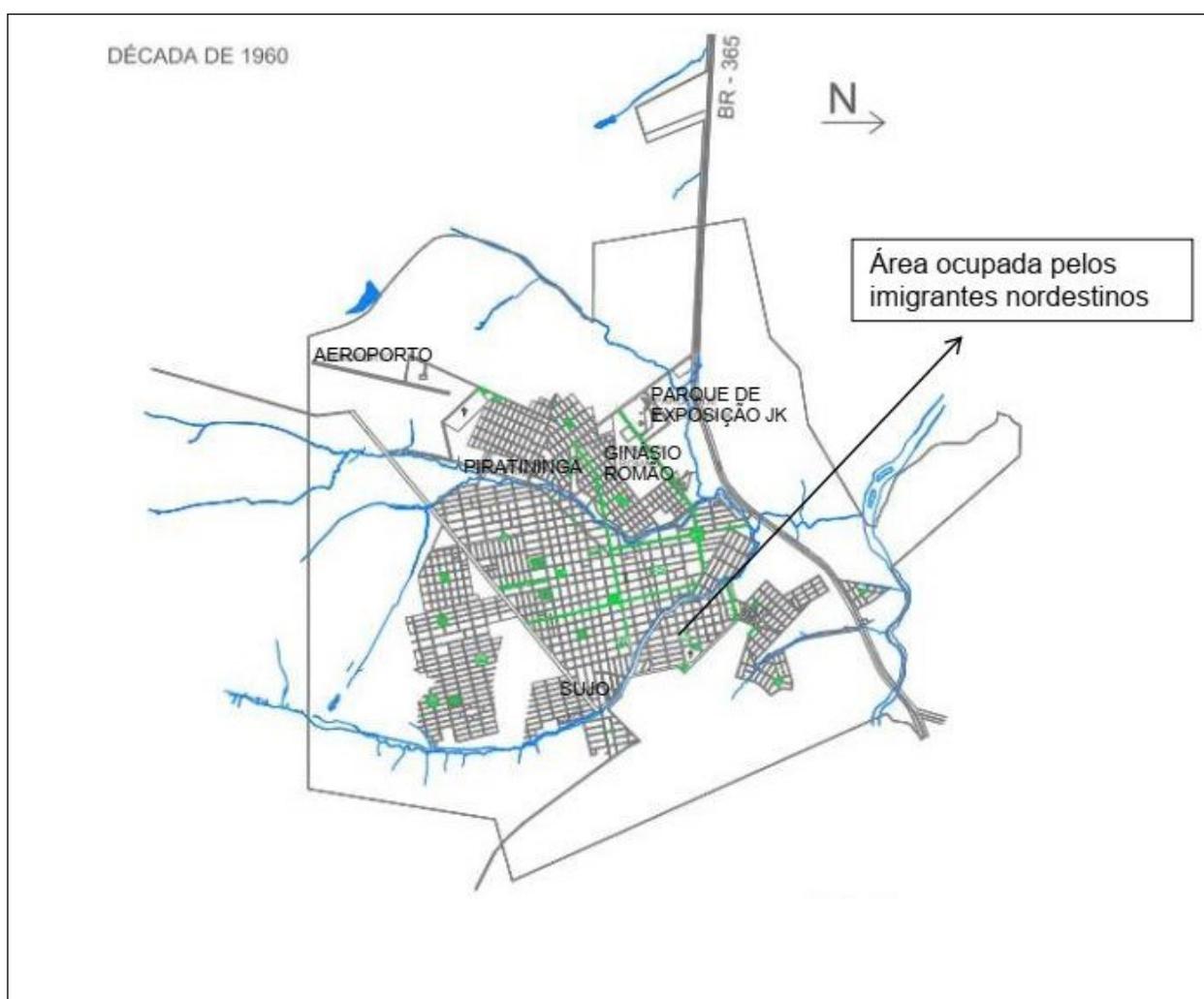


Fonte: GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla (2014, pág. 08).

O núcleo urbano dava suporte para o desenvolvimento das atividades rurais, sobretudo através do financiamento, compra e venda da produção a armazéns e atacadistas, fornecimento de víveres alimentícios e ferramentas, na comunicação com centros regionais, dentre eles, Uberlândia e Uberaba, além dos serviços públicos básicos.

Já em 1960 a 1970 com as políticas públicas do governo baseadas na construção de Brasília, abertura de rodovias federais visando a integração territorial (BR-365), somado aos impactos do processo de modernização da agricultura, impactaram na presença ainda maior de imigrantes em Ituiutaba – sobretudo nordestinos, aumento da migração campo-cidade – tendo em vista que passam a ter atividades agrícolas com menor dependência de mão-de-obra. Grande parte desse contingente vai ser periferizado, sobretudo com a formação de bairros eminentemente ocupados por nordestinos.

Figura 3: Ituiutaba: Espaço urbano em 1960.



Fonte: GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla (2014, pág. 11).

A partir da década de 1980, Ituiutaba passou a se destacar na sua rede urbana, tornando-se um pólo micro-regional, pois centralizou a oferta de produtos, serviços (clínicas, médicos especialistas, hospitais, faculdades, cursinhos, serviços técnicos especializados, concessionárias, estabelecimentos parceiros de franquias nacionais) e indústrias (laticínios,

grãos, sucroalcooleiras), que beneficiam a produção local/regional e atendem as demandas de conjunto de municípios do seu entorno (Santa Vitória, Monte Alegre de Minas, Ipiacú, Gurinhatã e Cachoeira Dourada, conforme apontamentos de Oliveira e Ribeiro Filho (2017).

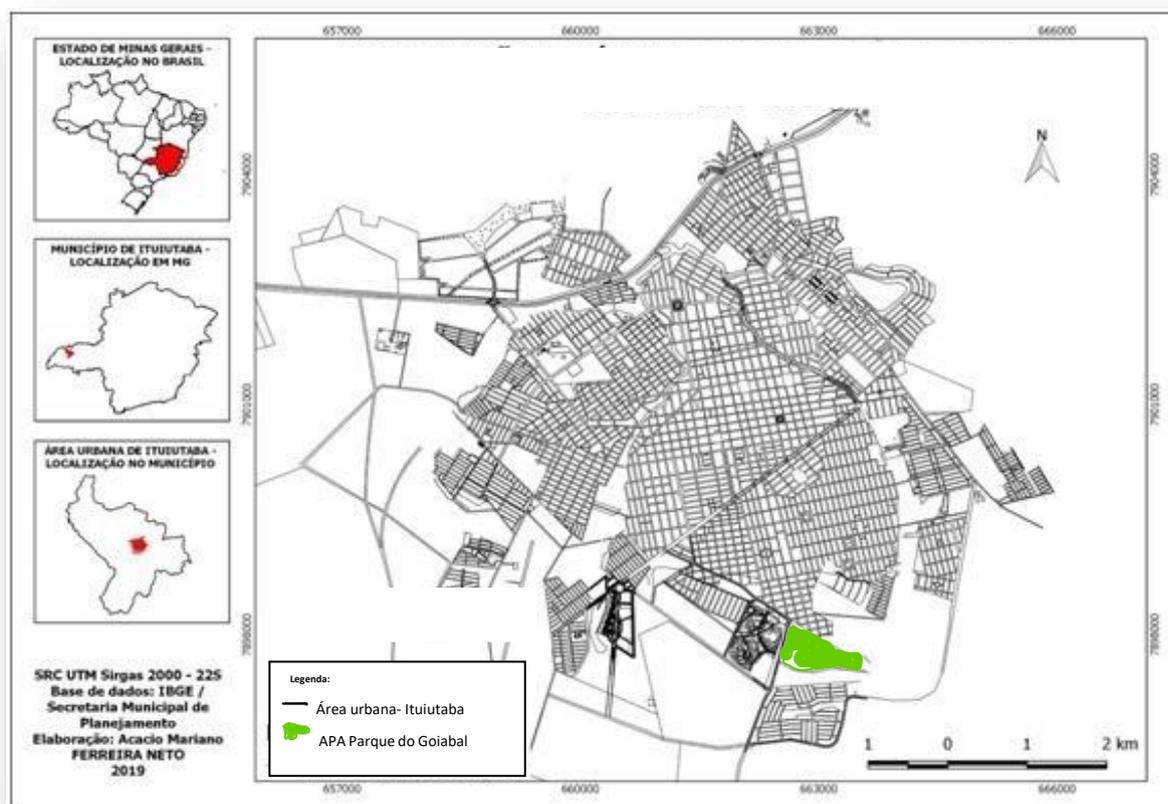
A polarização entre núcleos urbanos menores e as áreas agrícolas relacionadas com Ituiutaba ocorre por conta do movimento centrípeto de um centro urbano que se destaca na rede urbana pois, conforme Lefebvre (1991, p. 109) “a cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividade e situações” e, à medida que as atividades se dinamizam, também se dinamiza a economia urbana, sobretudo a geração de riqueza e renda, que no nosso entendimento, provoca o crescimento urbano.

Na última década, a expansão urbana verificada decorre de alguns fatores. As atividades urbanas se diversificam, com o aumento dos investimentos em novos negócios. O centro da cidade se expandiu, com uma consolidação da oferta de serviços e comércio cada vez mais dinâmicos, diversificados e consolidados. O município recebeu investimentos produtivos industriais e agroindustriais, que aumentaram a oferta de empregos e produção agrícola e industrial. Redes atacadistas importantes (Mart Minas, Bahamas e Grupo ABC) abriram unidades no município, assim como ocorreu a abertura de empreendimentos de importantes franquias nacionais, inserindo o local em lógicas de grupos nacionais.

Ademais, o Governo Federal implantou campus do IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro e da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, e mediante a estadualização da UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais, o setor educacional tornou Ituiutaba referência na região, atraindo estudantes até mesmo de outros estados, o que movimentou comércio, serviços e setor imobiliário, no atendimento das necessidades demandadas por estudantes, colaboradores e professores. Em suma, as dinâmicas econômicas impactaram geração de emprego e renda, bem como na movimentação de pessoas, produtos, serviços e arrecadação de impostos.

O contexto atual, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é uma cidade onde moram aproximadamente 105.818 habitantes.

Figura 4: Ituiutaba: Malha urbana e localização do Parque do Goiabal. 2019.



Fonte: FERREIA NETO, Acácio Mariano, (2019).

As imagens que representam o crescimento do espaço urbano nos dão a espacialização da expansão horizontal da cidade. Uma das dimensões que queremos apresentar, é a forte transformação das matas de cerrado previamente existentes na região, e que paulatinamente foram destruídas para a construção material da cidade, resultado na destruição ambiental. Importa, a partir daí, delimitar qual o estado da arte da preservação ambiental no sítio urbano de Ituiutaba, dimensionando-o.

Afora os rios, há alguns fragmentos de vegetação bem esparsos, sobretudo nas áreas pouco habitadas situados mais próximo do perímetro urbano, onde o urbano ainda é representado pela presença de atividades agropecuárias. Como futuramente, essas áreas serão urbanizadas, há a necessidade de legislação específica para sua proteção.

Dentre os fragmentos, o Parque Goiabal, destacado em amarelo na figura 05, comparece como a mais importante área de cerrado situada no perímetro urbano. Isso se deve ao fato de ser uma área protegida por lei, além de ser um fragmento de vegetação de cerrado pouquíssimo explorado (possui dossel onde se destaca raras árvores de grande porte), contrastando com as demais áreas verdes que não tem esse vigor da vegetação nativa.

Ademais, o Parque Goiabal, com seus 48.800 m² se enquadra como uma das belezas cênicas instituídas no perímetro urbano de Ituiutaba, pois se configura como uma área com vegetação natural do bioma cerrado, trazendo plantas nativas desse bioma. O parque possui uma vegetação ao longo do curso d'água com resquício de mata atlântica em parte mais distante do curso d'água uma vegetação de cerradão que permite contemplar alguns animais do cerrado tais como pássaros, mamíferos e insetos. Ademais,

Pode-se dizer que as áreas verdes urbanas possuem uma importância de caráter fundamental, devendo estar relacionadas entre os elementos básicos da moderna estruturação das cidades. A disponibilidade de áreas verdes para as mais variadas atividades, a conservação e manutenção de todos os elementos que compõem nossas praças e parques urbanos devem merecer atenção continuada dos órgãos públicos, responsáveis diretamente pela gestão dessas áreas (SILVA; SANTOS; LOBODA, 2015, p. 112).

Podemos inferir que o Parque do Goiabal é um ponto fora da curva no processo de preservação ambiental da vegetação no sítio urbano de Ituiutaba, daí a sua importância como área de estudo.

3.3. A criação do Parque do Goiabal.

O parque “Dr. Petrônio Rodrigues Chaves” popularmente conhecido como Parque do Goiabal, foi criado através da Lei n 1826 de 24 de agosto de 1977 (anexo 1). Possuindo uma área de 48.800 m², está localizado na área Sul do perímetro urbano, constituindo-se, um remanescente de vegetação nativa de relevância, considerando seus atributos naturais (fauna e flora), sendo criado com objetivo de ser uma área de preservação da flora e fauna local numa perspectiva inclusive do desenvolvimento do ecoturismo.

Nas finalidades, o projeto visava: a) resguardar os atributos excepcionais da natureza da região; b) proteger integralmente a flora, a fauna e demais recursos naturais; c) ser utilizado para objetivos educacionais, científicos, recreativos e turísticos.

A área do parque é um fragmento urbano, remanescente de Cerrado, que apresenta fitofisionomia de cerradão, e segundo Oliveira-Filho (2009), pode ser denominada de Savana Florestada.

Figura 6: Imagem de satélite do Parque do Goiabal, 2021.



Fonte: Google Earth, 2021.

Depois de receber infraestruturas, como estrada de acesso, lagos, quadra poliesportiva, quiosques, mini zoológico, banheiros, etc., foi inaugurado como parque público em 1985, durante a administração do prefeito Romão (Romel Anízio Jorge), passando a se denominar “Parque Dr. Petrônio Rodrigues Chávez”.

Após a inauguração, o Parque contou com atividades de lazer e entretenimento, funcionando também como um mini zoológico, com destaque para várias espécies de animais, como cobras, jacarés, macacos, onças, além de várias aves e uma infinidade de insetos, entre outros. No início o local era bem frequentado pela população da cidade, representando um importante espaço de lazer.

Assim, sua principal função passa a ser a promoção do lazer, turismo ecológico, educação ambiental para a sociedade tijuicana, além de posteriormente servir como apoio para pesquisas científicas.

No entanto, o Costa (2011) constatou que ao passar dos anos, o Parque foi gradativamente perecendo com a falta de manutenção das instalações - infraestrutura, cuidados alimentares com os animais, dentre outros. De tal forma a população começou a deixar de frequentar o parque, o que acabou levando ao fechamento do mesmo. Segundo informações levantadas foi possível constatar que o parque ficou mais de seis anos fechado para visitação pública, sendo que os motivos estiveram relacionados com os vários problemas na estrutura física, como problemas de erosão entre outros.

No dia 10 de abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 5.781 (anexo 2), o Parque do Goiabal, em vista de seu significado histórico e paisagístico, foi tombado como patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquitetônico, Paisagístico e Etnográfico

Através do Projeto Lei Municipal nº 88, aprovado em 13 de maio de 2020 (anexo 3), o Parque do Goiabal foi elevado à condição de Área de Proteção Ambiental do Parque Urbano do Goiabal, condição que será abordada nos próximos capítulos, onde discutiremos sobre as unidades de conservação, verticalizando a discussão para o Parque do Goiabal.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.

No presente capítulo contextualizamos historicamente os debates ambientais sobre as unidades de conservação, fazendo a ligação da escala global, nacional e local – especificamente a APA – Área de Proteção Ambiental Parque Goiabal, no desafio de entender as questões teóricas relacionadas às unidades de conservação.

4.1. Histórico das Unidades de Conservação no mundo.

Para entender o contexto de criação das Unidades de Conservação (UCs), e os conflitos e disputas que envolvem estes territórios, é preciso antes refletir sobre como se dá a relação entre a Sociedade e a Natureza, compreendendo também as questões político-institucionais pensadas para mitigar os problemas ambientais.

É mister dizer que relação Homem-Natureza seja intrínseca, por muito tempo prosperou a visão antropocêntrica, cuja ideia central é de que a natureza é composta pelos recursos naturais

(solo, água, minerais, rochas, animais, etc) a serviço do homem, a quem caberia o desafio de estudá-la, conhecer seus processos e dominá-la. Essa visão foi ampliada durante as Revoluções Industriais, período em que o desenvolvimento técnico e científico ampliou a capacidade exploratória do homem sobre a natureza.

Ainda prevalece nos dias atuais a ideia utilitarista de natureza, relacionada a essa visão antropocêntrica. No entanto, como lembra Dias (1993, p. 16), houve mudança no paradigma de se “conhecer a natureza para dominá-la, para o paradigma que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável que é: conhecer a natureza para conservá-la e manejá-la racionalmente”. Em outras palavras, os impactos das atividades industriais sobre o planeta, sobretudo na segunda metade do século XX (entre esses impactos, o desmatamento, a poluição), e o conhecimento sobre as consequências desses impactos ampliaram os modos de se pensar o uso dos recursos naturais.

Segundo Pires (2002) e Brito (2000), politicamente, o primeiro parque nacional do mundo foi criado em 1872 nos Estados Unidos, sob o nome de Parque Nacional de Yellowstone. Miller (1997) informa que a experiência estadunidense foi seguida por outras nações que também criaram parques nacionais, entre os quais o Canadá (Parque de Banff), a Argentina (Parque Nahuel Huapi), o Chile (Parque Vicente Pérez Rosales), Venezuela (Parque Henri Pitier), África do Sul (Parque Kruger) e Tanganica (Parque Serengeti).

Segundo Pires (2002) e Brito (2000) criticam esse modelo inicial de parques nacionais sem habitantes. Em suas visões, mesmo com objetivos de preservação, esses parques reforçaram um visão antropocêntrica – ainda que preservando a natureza, esse preservar seria mais motivado por questões estéticas e culturais dos seres humanos do que pelo valor em si da natureza em estado selvagem. Apesar das crítica, as experiências dos primeiros parquesna perspectiva da natureza selvagem, como área não habitada, influenciou muito as políticas de conservação de diferentes nações.

À medida em que, como lembra Fernandes (2014), ocorreram grandes desastres ambientais como acidentes nucleares, derramamentos de petróleo, problemas relacionados ao recorrente uso de agrotóxicos que se popularizaram após a II Guerra Mundial, entre outros, vai se ampliando a divulgação do conhecimento científico em relação às consequências das atividades humanas sobre o ambiente.

O avanço do capitalismo tem produzido a expansão do consumo e destruição dos recursos naturais, com conseqüente aumento do desmatamento e poluição (FARIA, 2004), mas,

por outro lado, o avanço dos sistemas de comunicação e do entendimento sobre o meio ambiente como problema global, tem colocado novos atores no contexto da discussão desses problemas: o Estado, as agências multilaterais de desenvolvimento, as empresas, e a sociedade civil organizadas.

Assim, em 1948 foi criada na França a União Internacional para a Proteção da Natureza, que em 1956, teve sua denominação alterada para União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais e atualmente se chama União Mundial pela Natureza, mundialmente conhecida pela sigla IUCN, ou UICN para os idiomas latinos.

Zhour, Laschefski & Pereira (2007, p. 13) complementam que nos anos 1960, a ampliação do conhecimento científico sobre as interações com o ambiente contribuiu, entre outros, para gerar debates epistemológicos no campo da Ciência, a fim de se superar dicotomias do pensamento ocidental como o da relação homem-natureza, contribuindo para o pensamento sobre a realidade ambiental.

Além do avanço da ciência sobre questões ambientais, a legislação ligada a esse tema vai ficando cada vez mais detalhada. A sociedade civil se organiza em movimentos de pressão e, no início da década de 1970, a visibilidade sobre questões ambientais relacionadas ao desenvolvimento é ampliada na agenda internacional.

A ONU realiza uma primeira conferência sobre meio ambiente em Estocolmo, na Suécia (1972), no mesmo ano em que um grupo de pesquisadores europeus (reunidos no chamado Clube de Roma) publicam o estudo Limites do Crescimento, destacando que o aumento da população e da industrialização precisavam ser repensados.

Em 1987, como resultado do trabalho da Comissão Mundial da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (UNCED), é publicado o relatório Nosso Futuro Comum (ou relatório Brundtland), popularizando o conceito de desenvolvimento sustentável, cujo princípio como aquele que satisfaria as necessidades do presente, sem, no entanto, comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas necessidades (UNCED, 1988).

O grande desafio desse desenvolvimento, de acordo com o que traz o relatório, seria pensar em incluir a satisfação das necessidades de camadas mais pobres da população mundial, além da proteção aos recursos naturais. Afirma o relatório:

Muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com o desenvolvimento desigual, pobreza e aumento populacional. Todas elas impõem pressões sem precedentes sobre as terras, águas, florestas e outros recursos naturais do planeta, e não apenas nos países em desenvolvimento. A espiral descendente da pobreza e da deterioração ambiental é um desperdício de oportunidades recursos humanos. (UNCED, 1988, p. 14).

O relatório faz várias referências a problemas ambientais ainda atuais, como a queima de combustíveis fósseis que aumentam a emissão de dióxido de carbono na atmosfera, contribuindo não só para a poluição, mas também para o aumento da temperatura no planeta. Há também o alerta sobre as consequências de desastres ambientais sobre populações principalmente carentes, a exemplo de secas no continente africano, ou ainda os problemas de saúde ligados a falta de saneamento em várias partes do mundo. Este relatório ainda aponta que “muitas formas de desenvolvimento desgastam os recursos ambientais nos quais se deviam fundamentar, e a deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico” (UNCED, 1988, p. 4).

Esse relatório trouxe uma série de recomendações para se alcançar o equilíbrio no desenvolvimento. Da proteção dos ecossistemas ao fomento a tecnologias que reduzam o consumo de energia e os impactos da produção industrial, o relatório traz dados importantes para se pensar a relação homem-natureza não apenas do ponto de vista ambiental, mas também social, ao destacar que “a pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo” (UNCED, 1988, p. 4).

Para Diegues (1996), o relatório tem como mérito o fato de abordar o desenvolvimento como um processo de mudança social, não apenas priorizando a conservação da natureza em si, numa perspectiva antropocêntrica – subjugada a serviço do homem. Onde a dominação da natureza na visão antropocêntrica, segundo Diegues (2003, p. 4), seria “frequentemente um corolário de relações sociais de exploração entre grupos sociais”.

Segundo Araújo (2007), foi em 1994, na Assembleia Geral da IUCN, realizada em Buenos Aires na Argentina, que foi sancionado o novo sistema de classificação das unidades de conservação em algumas categorias (Quadro 1). Cada uma dessas categorias contidas nesse novo sistema foi cuidadosamente pensada e planejada para produzir um conjunto de benefícios às práticas de preservação do meio ambiente.

Quadro 1. Categorias de manejo de unidades de conservação propostas pela IUCN, 2007.

Categoria	Denominação	Objetivo principal de manejo
I	Reserva Natural Estrita/ Área Silvestre	Com fins científicos ou com fins de proteção da natureza.
II	Parque	Para conservação de ecossistemas e com fins de recreação.
III	Monumento Natural	Para a conservação de características naturais específicas.
IV	Santuário de Vida Silvestre	Para conservação de paisagens de habitats e/ou para satisfazer as necessidades de determinadas espécies.
V	Paisagem Terrestre/ Marinha Protegida	Para a conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos.
VI	Área Protegida com Recursos Manejados	Para uso sustentável dos ecossistemas naturais.

Fonte: ARAÚJO, 2007.

4.2 Histórico das Unidades de Conservação no Brasil.

No Brasil, a primeira iniciativa de definição de áreas de conservação partiu da iniciativa do engenheiro André Rebouças quando, em 1876, propôs dois parques: um na Ilha do Bananal, TO, e outro em Sete Quedas, PR, mas essas proposições não saíram do papel.

Nos anos 1930, partir da ideologia nacionalista do governo de Getúlio Vargas, a questão voltada à defesa dos recursos naturais nacionais ganhou maior importância com a promulgação, em 1934, do Código Florestal Brasileiro. Segundo Barros (2015), o Código Florestal é “a lei que institui a regulamentação das áreas cabíveis de preservação ou liberadas para a exploração no território nacional” (BARROS, 2015, p. 18) e para muitos, o Código Florestal detinha o embrião do que mais tarde viria constituir a atual legislação ambiental brasileira (STJ, 2015).

A primeira unidade de conservação brasileira criada após a promulgação do Código Florestal ocorreu em 1937 com a implantação do Parque Nacional de Itatiaia, compreendendo área da Serra da Mantiqueira situada entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (PIRES, 2002). Logo após sua criação, inúmeros outros parques vieram a ser criados como os parques Araguaia (TO), Ubajara (CE), Aparados da Serra (SC e RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Sete Quedas (PR), revelando pouco a pouco a iniciativa do Estado em estabelecer áreas de proteção naturais.

A tipologia das UCs – Unidades de Conservação brasileiras, no entanto, tentava seguir recomendações de padrões internacionais desde a década de 1940. Brito (2.000) lembra que, em 1948, o Congresso Nacional brasileiro aprovou os acordos da Convenção para a Proteção

da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos países da América, assinado oito anos antes e que reconhecia as seguintes categorias de UCs: parque nacional, reserva nacional, monumento natural e reserva de região virgem – à exceção da reserva nacional, todas as outras categorias não permitiriam a utilização de seus recursos naturais (a mata, as águas, a fauna, o solo), que se pretendem ser protegidos; o que se permitiria, no caso do parque nacional, seria a visitação pública.

Em 1965, a Lei nº 4.771 que instituiu o novo Código Florestal, foi promulgada. O novo Código Florestal se destacou pela intensa criação de parques nacionais e florestas nacionais. Dois anos após, em 1967, foi promulgada a Lei 5.197 (Lei de Proteção à Fauna), a qual proibiu a caça no país e entrou com a criação de reservas biológicas.

A partir do Código Florestal, as UCs recebem novas categorias e uma divisão de acordo com a exploração de recursos naturais no interior destas áreas. Parques nacionais e reservas biológicas são consideradas como áreas restritivas e de uso indireto (visitação e pesquisa científica); são criadas, ainda, florestas nacionais, protetoras e remanescentes, e ainda reservas florestais e parques de caça florestais – em todas essas, se permitir o uso direto e restrito de recursos.

Em 1974, são iniciados estudos para a criação de um sistema de UCs denominado Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (1976), a partir da recém-criada Secretaria Especial de Meio Ambiente do Governo Federal. Também é promulgado um Regulamento de Parques Nacionais Brasileiros (1979). Em 1981, uma lei cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente, num esforço de articular Governo Federal, Estados e Municípios em direção a uma gestão ambiental unificada.

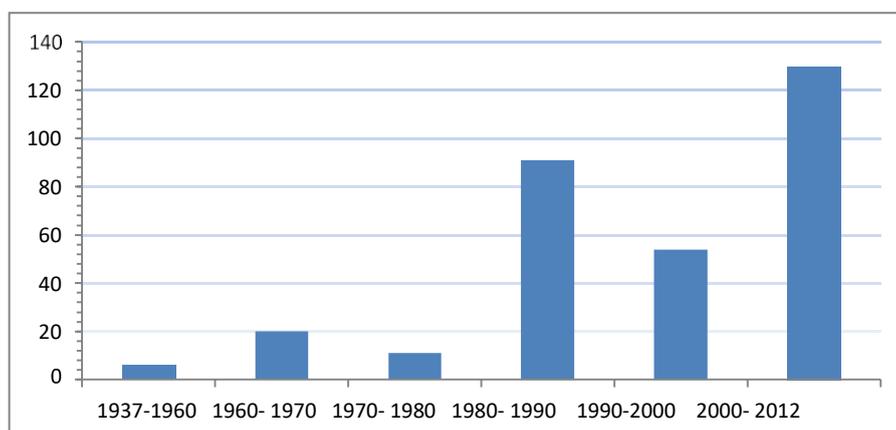
No ano de 1981, é editada a Lei 6.938, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente a qual apresenta o meio ambiente como objeto específico de proteção (STJ, 2015). E em 1989, cinco anos após o fim do Governo Militar, é criado o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis).

À época, o Ibama teria a função de contribuir para a unificação entre os poderes responsáveis pela gestão ambiental no Brasil. De alguma forma sob a influência de organizações e tratados internacionais, culminando com a a Rio-92, são realizados esforços para se fechar o desenho de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

No ano de 2012, o Brasil possuía 312 unidades de conservação, UC's, de âmbito federal, somando em torno de 75.091.600 ha, distribuídos por todo o país protegendo os biomas brasileiros (ICMBio, 2012).

A criação das UCs teve maior expressividade a partir da década de 80 em que foram criadas 91 unidades. A década de 90 foi marcada pela criação de 54 unidades, correspondendo a 17% das unidades federais já legitimadas. No entanto, o período entre 2000 e 2012 corresponde a criação do maior número de UC's (130), correspondendo a 42% das unidades federais instituídas. O Gráfico X apresenta a evolução no número de UC's federais de 1937 a 2012.

Gráfico 1: Período de Criação das UC's Federais.



Fonte: ICMBio (2012).

4.3 O papel do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

A Lei Federal no 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece normas e critérios para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras, sendo que conservação da natureza é definida como “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural (...)” (BRASIL, 2000, art. 2º).

Os objetivos do SNUC (BRASIL, 2000), de acordo com o disposto em seu artigo 4º, são:

- I. contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

- II. proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III. contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV. promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V. promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI. proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII. proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- VIII. proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX. recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X. proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI. valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII. favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII. proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

As diretrizes do SNUC também prevêm que sejam assegurados “mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação” e ainda que “asseguem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (BRASIL, 2000, artigo 5º).

As categorias de Unidades de Conservação são divididas de acordo com a permissão para o uso direto (proteção integral) ou indireto (uso sustentável) de seus atributos naturais. O SNUC é um instrumento vigente em todo o território nacional, sendo que o Estado e os municípios devem adequar as UCs ao enfoque dessa legislação. Por terem entre seus objetivos

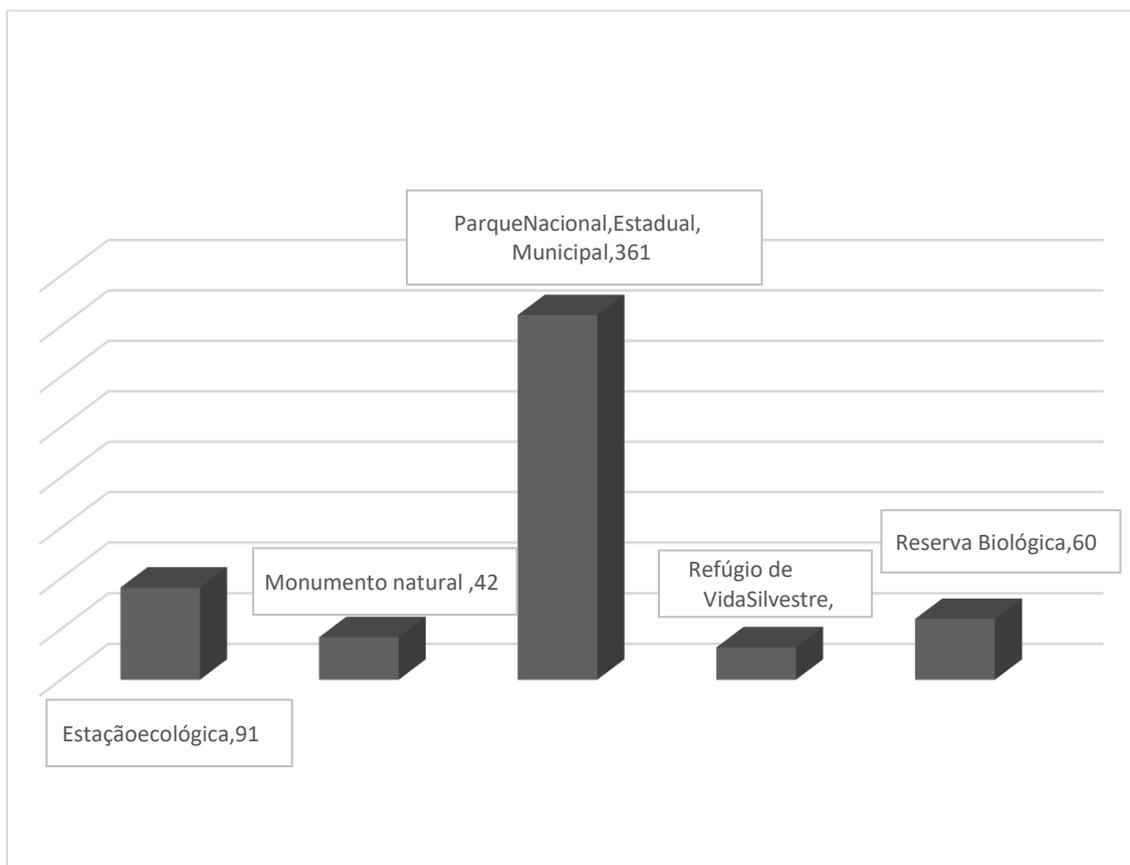
a preservação integral de atributos naturais, as UCs de proteção integral são de posse e domínio públicos, e prevêm desapropriação de terras particulares em seu interior. A exceção das UCs de proteção integral é categoria Monumento Natural, que permite áreas particulares desde que se preserve sítios naturais indicados nos objetivos dessa UC.

As UCs de Proteção Integral são: estação ecológica, reserva biológica, parques, refúgios de vida silvestre e monumento natural. As atividades permitidas são pesquisas científicas e visitação com objetivos educacionais, e visitação pública, no caso de parques.

As UCs de uso sustentável são constituídas por terras públicas e privadas. São elas: a Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta, Reserva Extrativista e Reserva do Desenvolvimento Sustentável (cujas áreas são cedidas às populações tradicionais extrativistas e se prevê que as áreas particulares sejam desapropriadas) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN, área privada em que o proprietário pode solicitar a titulação ao ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ou aos Estados. Embora figure na lista de UCs de uso sustentável, a área designada como RPPN segue o regramento das UCs de uso integral, deve ser preservada e gravada com perpetuidade (não pode ser alterada mesmo com mudança de proprietário).

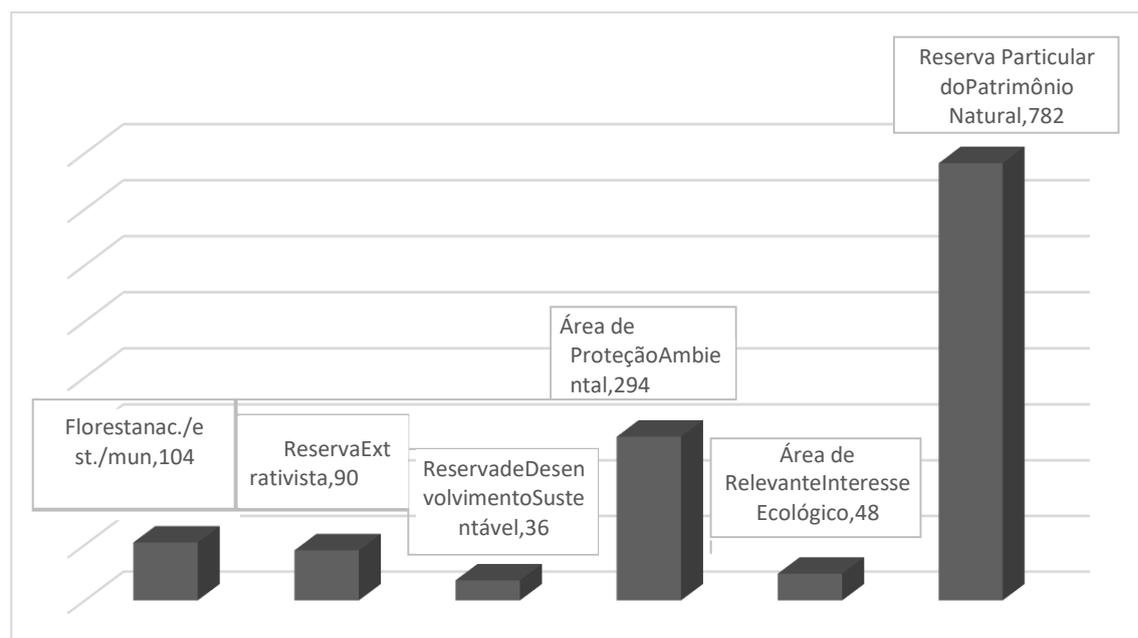
Há hoje no Brasil 1.940 UCs, segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) mantido pelo Ministério do meio ambiente.. Essas unidades de conservação ocupam uma área de 1.513.828 quilômetros quadrados, de um total de 8.515.767,049 quilômetros quadrados da superfície brasileira. Dessas, 320 são administradas pelo Governo Federal, por meio do órgão ICMBio, 143 UCs, ao todo, são de uso integral, e correspondem a praticamente 1/3 da área total das UCs brasileiras (528.007 quilômetros quadrados).

Gráfico 2: UCs de Proteção Integral no Brasil, 2015.



Fonte: ICMBio, 2015.

Gráfico 3: UCs de Proteção Sustentável no Brasil.



Fonte: ICMBio, 2015.

As UCs estão espalhadas pelos sete diferentes biomas brasileiros. E embora pouco mais da metade das UCs esteja localizada na Mata Atlântica (1.071 UCs, de um total de 1.940) neste bioma, inclusive RPPNs), os dados do CNUC-MMA26 informam que as 322 UCs da Amazônia respondem por 26,6% do território deste bioma.

Há 294 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no Brasil, como é o caso da APA da Serra da Mantiqueira. São áreas indicadas no SNUC (2000) como extensas e ocupadas por núcleos populacionais em parte de seu território, com atributos estéticos, naturais e culturais que justificam sua criação. Seu objetivo seria o de associar “a proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais” (BRASIL, 2007). São constituídas por terras públicas e privadas, admitem sobreposição de UCs (como são áreas extensas, podem abrigar parques, RPPNs e outras unidades) e ainda a ocupação do solo disciplinada.

Criadas a partir da Lei Federal no 6.902/1981, as APAs indicam uma proteção a mais em áreas onde existem propriedades privadas e atividades inclusive industriais. Moraes (2011) lembra que nessa categoria de UC o Poder Executivo que responde pela gestão da APA pode implementar normas para diminuir o impacto negativo de determinadas atividades, como indústrias potencialmente poluidoras que afetem mananciais de água, obras de terraplenagem (para a construção e ampliação de estradas, por exemplo), entre outras. Moraes (2011) lembra também que a APA é uma categoria que tem dispositivos para o licenciamento, a autorização legal a que todos os empreendimentos e atividades que utilizam recursos naturais ou que possam causar poluição ou degradação estão sujeitos.

A autora destaca que a APA ainda é uma categoria em construção, cuja gestão, ao admitir a propriedade privada, tem como principal desafio não só o de restringir atividades, mas “fazer uso de todos os recursos adequadamente, otimizando os potenciais existentes e protegendo-os da degradação ou do extermínio”. (MORAES, 2011, p. 169).

4.4. A Área de Proteção Ambiental (APA) Parque do Goiabal.

De acordo com o Art. 15º do SNUC, uma APA - Área de Proteção Ambiental é:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

De acordo com o Atlas de Conservação da Natureza Brasileira, Ganem (2004, p. 5) explica que a APA é equivalente à Categoria V (“paisagem terrestre/marinha protegida”) segundo a categorização proposta pela IUCN, em 1994, já abordada no Capítulo 1. Essa categoria pode ser criada em área terrestre, com porções costeiras e marinhas, onde a interação das pessoas tenha produzido, ao longo do tempo, uma área com características distintas e com valores estéticos, ecológicos e/ou culturais significantes, frequentemente com alta diversidade biológica.

Philipps (2002, p.12) define como principais características da área inserida na Categoria V as seguintes:

- Está interessada nas pessoas e no seu ambiente;
- Está preocupada com uma gama de valores naturais e culturais;
- Concentra-se nas áreas onde o relacionamento homem/natureza tem produzido uma paisagem com altos valores estéticos, ecológicos, de biodiversidade e culturais, que mantém a integridade;
- É tanto um tipo de área protegida com combinações de qualidades especiais, como um processo de gestão para orientar a mudança;
- Reflete uma abordagem visionária e pró-ativa, com o objetivo de reforçar valores e não simplesmente para manter ou proteger os ativos existentes;
- A percepção da comunidade, bem como as suas tradições, é fundamental para o sucesso da abordagem, portanto, parcerias são necessárias;
- Reconhece o valor, e a necessidade de apoio, do proprietário privado ou gestor;
- Geralmente envolve modalidades de gestão que são determinadas por

circunstâncias e necessidades locais, e resolvidas através de tomada de decisão pelo governo local ou níveis da comunidade;

- Coloca uma ênfase especial no efetivo ordenamento territorial;
- Depende, por conseguinte, da presença de estruturas democráticas e transparentes, que apoiam o envolvimento da população na elaboração do seu próprio ambiente;
- Traz benefícios sociais, econômicos e culturais para as comunidades locais;
- Traz benefícios ambientais, culturais, educacionais e outros para um público mais amplo;
- Exige que todas as atividades de gestão sejam integradas e promovam a sustentabilidade;
- Pode ser usada para ajudar a resolver conflitos sobre a gestão dos recursos;
- Pode oferecer modelos de sustentabilidade para a aplicação mais vasta nas demais zonas rurais;
- Como todas as áreas protegidas, exige sistemas de gestão eficazes, incluindo a definição de objetivos, planejamento, destinação de recursos, execução, acompanhamento, revisão e monitoramento.

Ganem (2004, p. 6) entende que a APA é uma forma alternativa e complementar de proteção da natureza, servindo para ser usada em diversas situações. Por exemplo, como zona tampão de um parque ou de uma reserva biológica ou para uma área que, por estar em fase de estudos, não tem definida a categoria de unidade de conservação.

Nesse sentido, funciona como uma primeira proteção, até que se tenham maiores informações sobre o zoneamento necessário e o grau de proteção que se deve aplicar.

A categoria APA constitui um instrumento da política ambiental interessante do ponto de vista socioeconômico, por caracterizar-se como área de desenvolvimento sustentável, na qual as atividades humanas devem ser exercidas com responsabilidade, no sentido de permitir a integridade e a manutenção da qualidade ambiental do referido espaço. O grande trunfo da categoria é considerar o desenvolvimento de determinada área aliado à conservação dos recursos ambientais existentes, em consonância com sua capacidade de suporte.

De acordo com Paiva (2003, p. 38) as APAs podem compreender uma ampla gama de paisagens naturais, seminaturais ou alteradas, com características bióticas, abióticas, estéticas ou culturais notáveis que exijam proteção para assegurar as condições ecológicas locais.

Podem conter ecossistemas urbanos ou outras unidades de conservação mais restritivas em termos de utilização, e permitem a experimentação de novas técnicas e atitudes que possibilitam conciliar o uso da terra e o desenvolvimento regional com a manutenção dos processos ecológicos essenciais.

Segundo Côrte (1997, p. 28) as seguintes constatações podem ser feitas sobre a categoria, em função do seu conceito:

- Buscam conciliar o desenvolvimento de atividades humanas com a conservação dos recursos naturais (objetivo geral);

- Buscam proteger o solo, subsolo, a cobertura vegetal e a fauna local, promover a melhoria da qualidade dos recursos hídricos e recuperar áreas degradadas (objetivos específicos);

- São áreas submetidas ao planejamento e à gestão ambiental;

- São áreas de uso múltiplo, controladas por meio de zoneamento, fiscalização e educação ambiental;

- Podem conter outras unidades de conservação mais restritivas;

- Podem ter uso urbano;

- Propiciam a experimentação de novas técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra e o desenvolvimento regional com a manutenção dos processos ecológicos essenciais;

- Permitem que a população residente e do entorno seja integrada nas medidas práticas conservacionistas, por meio de ações de educação ambiental ou participação no processo de planejamento e gestão;

- Permitem o estabelecimento de um processo de co-gestão entre órgãos governamentais, não-governamentais e setores organizados da sociedade.

Ganem (2004, p. 6) informa que as APAs podem:

- Ser criadas nas esferas federal, estadual ou municipal;

- Ser implantadas sem a necessidade de desapropriação;
- Compreender paisagens naturais ou com qualquer tipo de alteração;
- Abranger ecossistemas urbanos ou rurais;
- Envolver tanto áreas públicas quanto propriedades privadas;
- Estender-se por mais de um município ou bacia hidrográfica;
- Englobar outras unidades de conservação mais restritivas;
- Permitir praticamente todas as atividades econômicas ou obras de infraestrutura em seu interior, desde que sob certas condições, e excetuadas suas zonas de vida silvestre.

Em vista da legislação federal indicar diversas possibilidades quanto às áreas de preservação permanente, através do Projeto Lei Municipal nº 88, aprovado em 13 de maio de 2020, o Parque do Goiabal foi elevado à condição de Área de Proteção Ambiental do Parque Urbano do Goiabal.

Os legisladores municipais adequaram a Lei de 1977 que criou o Parque do Goiabal à legislação que instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza promulgado em 18 de julho de 2.000.

Nos 44 anos de criação, apesar das normativas das leis de criação do parque, seu uso público e elevação à condição de APA, percebemos que o parque se encontra com problemas internos, apresentando uma série de riscos, como também toda uma pressão externa devido à presença cada vez maior de loteamentos urbanos confrontando com a área do parque. A fim de dimensionar essas questões, é fundamental discorrer sobre um instrumento importante da gestão ambiental: a Análise da Paisagem, que vai nortear as interpretações sobre o estudo de caso APA do Goiabal.

4.5 A Análise da Paisagem como instrumento de Gestão Ambiental.

Um dos aspectos perceptíveis do espaço é a paisagem. Por meio dos sentidos, especialmente da visão, pode-se contemplar a beleza e os encantos da paisagem, mas também pode-se lamentar as feiuras e desencantamentos resultantes da tensão entre conservação e degradação ambientais vigentes. Isso torna-se possível porque a paisagem é o espelho natural da história.

O conceito de paisagem, pois, foi sendo paulatinamente constituído. Em diferentes épocas ele foi influenciado pela filosofia, política, religião, ciência, etc. Porém, “entre os geógrafos há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos” (MAXIMIANO, 2004, p. 87). Ou seja, quando se fala sobre a paisagem precisa-se considerá-la em seu aspecto natural, mas também levando em consideração o elemento humano ali atuante.

Não pretendemos discorrer sobre a evolução do conceito de paisagem na Geografia, pois cada escola abordada trouxe inovações, para sua época, acerca da compreensão e da aplicação concreta dessa categoria. Os estudos recentes apresentam-na com terminologias correlatas, quais sejam: meio ambiente, ambiente natural, unidade espacial, unidade visual, entre outros.

Quadro 2 – Síntese dos principais autores utilizados sobre a categoria paisagem.

AUTOR/ ESCOLA/ PESQUISA	CONCEPÇÃO DE PAISAGEM
MAXIMIANO (2004)	- Aspecto natural e elemento humano.
ALEMÃ	- Naturalismo de Alexandre Von Humboldt.
FRANCESA	- Região: aspectos culturais; - BERTRAND (1990): GTP (Geossistema, Território e Paisagem); - Diálogos: 1) natureza-sujeito: cultural; 2) natureza-objeto: natural.
BRASILEIRA	- AROLDO DE AZEVEDO (1940): compartimentação do relevo; - AZIZ AB’SABER (1969): domínios morfoclimáticos brasileiros; - ROSS (1985): planaltos, planícies e depressões.
INGLESA	- Similitude entre os ecossistemas locais e os usos da terra (mosaico); - SMUTS: concepção integrada da paisagem. - BERTALANFY: conceito de Sistema Geral.
RUSSA	- Paisagem para fins de gestão territorial; - Geossistema: homogêneos (geômeros) e diferenciados (geócoros). - SOTCHAVA (1978): meio, natureza e paisagem.
OLIVEIRA (2020)	- A paisagem é o espelho natural da história; - A dimensão humana é representada por um empreendimento ou evento pontual que afete diretamente o meio natural; - Análise integrada dos elementos quantitativos e qualitativos.

Organização: Oliveira (2006, pág. 30).

Em nosso estudo, pretendemos abordar a APA Parque do Goiabal considerando a análise proposta por Nogué e Sala (2006), que definiu uma metodologia de análise baseada em quatro partes principais:

a) Identificação e caracterização da paisagem – descreve a evolução e transformação da paisagem em função da sua dinâmica e dos fatores naturais e socioeconômicos. Faz um inventário dos seus valores, identifica as unidades de paisagem analisa as possibilidades de evolução futura e as tendências socioeconômicas. Avalia a legislação vigente e a implementação das políticas territoriais, urbanísticas setoriais.

b) Avaliação da paisagem – fase em que se avalia a paisagem a partir do estudo das Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades (DAFO) para proteger, gerir e ordenar a paisagem de forma sustentável.

c) Definição dos objetivos de qualidade paisagística – construção de objetivos que contribuirão para a melhora e conservação da paisagem, com base nas informações obtidas nas duas primeiras fases.

d) Proposta de critérios e ações – fase propositiva, que contém diretrizes de como gerir a paisagem e que envolverá todos os agentes implicados na transformação da paisagem.

A avaliação da paisagem considerou tanto a área interna, quanto a área externa à APA. No caso, após o estudo da constituição da APA, realizamos trabalhos de campo dentro e no entorno do Parque do Goiabal, apontando as situações problemas (vulnerabilidades), bem como as potencialidades da APA.

As vulnerabilidades e as potencialidades são dimensões da qualidade paisagística. Entendemos por **vulnerabilidade** todo e qualquer aspecto espacial que tenha relação com a degradação ambiental (voçoroca, lixo, fogo, desmatamento, espécies invasoras) ou econômica e social (abandono patrimonial, falta de controle do espaço, degradação de infraestruturas) na APA. Como há uma pressão urbana no entorno da APA, entendemos que os processos externos tem potencial influenciador no interior da área de preservação.

Por sua vez, as **potencialidades** dizem respeito aos usos possíveis da APA enquanto área de preservação, uso econômico, uso turístico, lazer e qualidade de vida. Tanto a **Definição dos objetivos de qualidade paisagística**, quanto a **Proposta de critérios e ações** só foram possíveis a partir da análise da paisagem do interior e do exterior do parque.

5. MATERIAIS E MÉTODOS.

5.1 Etapas de execução do Trabalho.

Na **primeira etapa** da pesquisa que resultou na elaboração do presente trabalho, fizemos o levantamento bibliográfico e todos os fichamentos necessários para entender o processo de criação da APA Parque do Goiabal, relacionando a realidade local com toda a teoria e dinâmica que envolve o estabelecimento das áreas de proteção ambiental.

Sendo assim, estudamos o processo internacional de estabelecimento das áreas de proteção, compreendemos temporal e politicamente como esse processo aconteceu no Brasil e, valorizando a escala local, como ocorreu a implantação do Parque do Goiabal. Essa discussão permitiu a elaboração do Capítulo 4.

Estudando o processo de urbanização de Ituiutaba, identificamos na **segunda etapa** da pesquisa, que a dinâmica urbana raramente considerou a dinâmica ambiental, fatos esses que permitiram elaborar o Capítulo 3 e compreender espacialmente as questões gerais sobre as áreas de preservação no perímetro urbano e a importância da APA do Parque do Goiabal.

Na **terceira etapa**, estabelecemos os critérios sobre riscos e vulnerabilidades internas e externas ao Parque, bem como as potencialidades (Capítulo 5), para, na **quarta etapa**, realizamos os trabalhos de campo no Parque do Goiabal, realizando os registros fotográficos que nos permitem apresentar no capítulo 6, o resultado dos levantamentos de campo sobre a APA, cujas análises nos permitiram tecer as considerações finais.

5.1.2 Levantamento de informações.

Foram realizados a leitura de artigos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, legislação ambiental, autores que trabalham a questão ambiental, no intuito de auxiliar a elaboração teórica das etapas 1, 2 e 3.

Ademais, os levantamentos cartográficos foram fundamentais para representar e sustentar a análise presente no estudo de caso.

5.1.2 Trabalhos de Campo.

Os trabalhos de campo foram atividades fundamentais para compreender in loco as fragilidades, os riscos e as potencialidades do Parque do Goiabal.

Priorizamos a análise das infraestruturas, a pressão urbana do entorno, o abandono do poder público, os problemas ambientais internos (lixo, caça, fogo, voçorocas, etc.), entre outras questões.

5.1.1 Produção Cartográfica e Imagética.

As imagens coletadas serviram para dar o *insight* acerca dos fatos levantados e sua importância geoambiental e a produção cartográfica elaborada colabora no sentido não só das representações socioambientais, como a geolocalização dos problemas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

Percorrendo a APA Parque do Goiabal, nos deparamos com uma série de situações problemas que demonstram o abandono por parte do poder público municipal, que destoa completamente das funções de preservação e uso sustentável desse parque.

Internamente, identificamos ao menos 8 pontos com problemas que merecem a atenção visando a superação desses problemas.

6.1 Os riscos e vulnerabilidades no interior da APA.

Percorrer as trilhas e caminhos no interior do Parque do Goiabal, ou simplesmente fazer rotas indefinidas em meio ao cerrado, nos permitiu identificar várias situações problemáticas envolvendo plantas invasoras, voçorocas e assoreamento, portão de acesso trilhas, lixo e fogo, lanchonete, quiosques e banheiros, quadra poliesportiva, lagos e captação de água.

6.1.1 Plantas invasoras.

Encontramos várias pontos onde a vegetação exótica tem sido detectadas como espécies invasoras (braquiária, capim-jacarandá, mata-pasto, capim gordura e carrapicho, mamona, capim colônia), de maneira que a presença dessas espécies tende a prejudicar o nascimento e o estabelecimento de espécies da flora nativa, resultando na perda biodiversidade e funcionando como pontos de propagação de incêndios florestais, pois estão presentes nas bordas do parque e em pontos onde o cerrado não possui dossel capaz de “abafar” essas

invasoras. As plantas invasoras aparecem em várias das fotos que serão apresentadas nas próximas páginas.

6.1.2 Voçoroca e assoreamento.

No interior do Parque, devido ao escoamento superficial das águas, é comum encontrar voçorocas, cuja presença evidencia que o solo não está devidamente protegido, ocorrendo em pontos protegidos pela floresta e em pontos desflorestados. Em certa medida, estão presentes alta declividade do solo e áreas onde o latossolo é mais arenoso e, portanto, suscetível ao fenômeno.

Figura 7 – Parque do Goiabal – Erosão do solo em área florestada.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021.

Figura 8 – Parque do Goiabal – Erosão do solo em área não florestada e com presença de plantas invasoras (capim brachiária).



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021

O caso da figura 8 é interessante, pois essa erosão tem origem nas canalizações realizadas pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba para lançamento de águas pluviais no interior do Parque.

As erosões apresentadas podem ser classificadas como erosões geomorfológicas que acabam por interferir na dinâmica biogeográfica do Parque, principalmente no tocante a remoção e transporte das sementes que se encontram no solo, além da retirada da serrapilheira comprometendo o ciclo biogeoquímico da área.

Ademais, parte das voçorocas funcionam como corredores de transporte de grande quantidade de sedimentos que acabam transportados para os lagos existentes o interior do parque, antropizando-os.

6.1.3 Portão de Acesso.

Durante o trabalho de campo, foi visto que há um grande descaso com a estrutura do parque. No portão de entrada pudemos observar que o mesmo foi danificado e a situação permite o acesso livre e descontrolado para qualquer visitante.

Desta forma, invasões feitas no local são constantes, com transeuntes que deixam lixo no interior do parque, alguns caçam nas dependências e outros trazem o risco de incêndio, devido a bitucas de cigarro e até fogueiras de acampamentos.

Figura 09 – Parque do Goiabal – portão de acesso destruído.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021.

6.1.4 Trilhas.

Pudemos ver que em alguns pontos da trilha possui algumas placas que foram colocadas por alunos da UFU-Universidade Federal de Uberlândia. Existem placas pedindo a preservação do local, orientando os visitantes para não jogar lixo durante a visita, placas identificando as espécies vegetais do Cerrado e algumas até jogadas, totalmente destruídas e sem utilidade.

Figura 10 – Parque do Goiabal – trilhas sinalizadas.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021.

Figura 11 – Parque do Goiabal – Trilhas não sinalizadas e plantas invasoras.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021.

Na figura 11 é possível ver que parte das trilhas não estão sinalizadas e, naquelas situadas em espaço de vegetação nativa “rala” ou inexistentes, o mato (plantas invasoras) cobriu completamente a trilha, criando dificuldades na passagem dos transeuntes e causando uma degradação visual.

6.1.5 Lixo e fogo.

Em diferentes pontos do parque, identificamos a disposição irregular e até a queima de lixo. Além de ser prejudicial ao local, pois além de poluir o meio ambiente, pode ser ingerido pelos animais, sua presença não causa uma boa imagem, atestando a situação de abandono da APA. Ademais, encontramos muitos troncos de árvores caídas, muitas delas abatidas pelo corte com motosserra, o que sugere retirada intencional de madeira.

Figura 12 – Parque do Goiabal – Lixo e fogo.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021

6.1.6 Lanchonete, quiosques e banheiros.

Em uma área aberta do parque, existem quiosques, uma construção que funcionou como lanchonete e sanitários.

Figura 13 – Parque do Goiabal – portão de acesso destruído.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021

Essas são ótimas estruturas, mas estão abandonadas. Os banheiros não tem água, pias e vasos estão destruídos, roubaram luzes e fios, as portas estão quebradas, telhas quebradas deixam a água infiltrar na Laje, há sujeira por toda a parte. Há lixo acumulado no seu entorno e o que se vê é um total descaso com o patrimônio público.

6.1.7 Quadra poliesportiva

É muito interessante a presença de uma quadra poliesportiva no interior do parque, o que induz a sua valorização como área de lazer e prática de esportes. Porém, a quadra está abandonada, o concreto apresenta placas estufadas, o que impossibilita o uso da estrutura. A cerca de tela está estragada.

Figura 14 – Parque do Goiabal – Quadra desativada.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021

6.1.8 Lago e captação de água.

O interior do parque do Goiabal conta com 2 lagos e uma área que já foi ponto de captação de água para abastecimento urbano. Esse ponto de captação está sujo, cheio de lama e mato, com cheiro ruim.

Figura 15 – Parque do Goiabal – Captação de água.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021.

Os lagos são grandes, cenicamente são muito bonitos. Porém, estão com aspecto de abandono. A água está turva, proveniente de alguma erosão que lança sedimentos na água. Além do mais, o entorno apresenta grama alta e até mato crescendo, o que impede um visitante de caminhar pelas margens para contemplação, ou até mesmo fazer um piquenique.

Figura 16 – Parque do Goiabal – Lago 1.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021.

Figura 17 – Parque do Goiabal – Lago 2.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021.

6.2 Os riscos e vulnerabilidades no entorno da APA.

Após o trabalho de campo no interior da APA, fizemos um percurso em todo seu entorno, para identificação das situações problema.

Figura 18 – Parque do Goiabal – Erosão do solo na borda da área florestada e cerca de arame desestabilizada – face norte.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021

O APA possui em sua maior parte, cerca com tela de aço, que não permite a entrada de pessoas e até pequenos animais como cães. Porém, por mais de 1.000 metros em toda a face norte, onde o parque faz divisa com casas, chácaras e fazendas, a cerca é de 5 fios de arame liso ou farpado que, devido ao esforço realizado pelo gado criado em parte dessas terras vizinhas, encontra-se tal cerca destruída, facilitando para que gado adentre a área do parque, fato esse comum, pois identificamos pegadas.

Figura 19 – Parque do Goiabal – Futuro loteamento ao lado do parque – face sul.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021

A pressão imobiliária é o principal fator de risco para o parque. Durante anos, moravam poucas pessoas no entorno, tendo em vista que o bairro mais próximo era o Tupã, um bairro tradicionalmente utilizado como chácaras e com poucas moradias.

Desde a construção do campus universitário da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, a especulação imobiliária valorizou os terrenos no entorno do parque. O pool de conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba I, II, III e IV foram criados cerca de 1.000 metros do parque, resultando na presença de milhares de moradores morando no entorno.

Em 2020, ocorreu a limpeza do terreno situado entre o Goiabal e os Nova Ituiutaba, para futuramente serem construídas novas casas, o que impactará ainda mais APA com maior presença de pessoas, de animais de estimação, de risco de incêndios, de descarte de resíduos sólidos, de caça, de acesso ilegal ao Goiabal, enfim.

Figura 20 – Parque do Goiabal – Tipos de pressão verificadas no entorno.



Fonte: SILVA, Joyce Robertta, 2021

A figura 20 retrata bem as pressões identificadas no entorno:

- A face norte é a mais afetada. À noroeste encontra-se a portaria de entrada, mas por toda a cerca norte que divide o parque de casas, chácaras e fazendas, como relatado, o fato de estar parcialmente destruída facilita a entrada de pessoas e de gado no interior da APA.

- A face sul é extremamente sensível. Há muitas pessoas morando, seu deslocamento ocorre pela avenida da face oeste e, diariamente, há lançamento de lixo na cerca que divide a APA dessa avenida. Ademais, muitos dos moradores da vizinhança adentram o parque sem permissão. Com a liberação do loteamento cujo solo já está recebendo obras de

terraplanagem, futuramente haverá mais pessoas morando na face sul e poderá haver maior assoreamento do córrego que cruza a face leste da APA.

- Nas faces oeste e sul, um dos principais problemas é a presença de plantas invasoras. Raríssimas vezes a Prefeitura Municipal faz o trabalho de roçagem do mato, gradagem da terra e aceiro visando afastar o risco de incêndio, mas o mato alto e o período de seca na região contribuem para desastres com o apresentado na figura 21.

Figura 21 – Parque do goiabal – Incêndio na face oeste – o mato alto e o tempo seco facilitaram a propagação das chamas (2014).



Fonte: Canal G1 (2014).

6.3 As potencialidades de uso da APA.

Identificados os problemas, discorreremos sobre as providências que podem ser tomadas, de maneira que uma gestão eficiente reestruture infraestruturas, bem como criar soluções para os riscos e vulnerabilidades, permitindo tanto o equilíbrio ambiental, quanto a

adequação da APA aos usos para os quais foi pensada – preservação ambiental, turismo, lazer e qualidade de vida.

É fundamental que se desenvolvam ações visando eliminar as plantas invasoras dentro e no entorno da APA, contribuindo para a estabilização e recuperação da vegetação nativa - já que as espécies invasoras são concorrentes das plantas nativas e podem ser foco de incêndios, e protegendo a área do entorno do fogo.

No tocante aos processos de voçorocamentos que ocorrem em diferentes partes da APA, percebemos a urgente retirada dos drenos que fazem o lançamento das águas pluviais do exterior para o interior do parque, a fim de evitar que as voçorocas continuem em franco desenvolvimento.

Utilizando-se para isso técnicas de paliçagens para conter o sedimento transportado pelas águas pluviais, ou até mesmo técnicas de engenharia, tais como o uso de gabiões e hidrosemeaduras (técnica que consiste no lançamento de sementes nativas em envoltório em gel, o que facilita seu plantio) para recompor a vegetação nativa, controlando naturalmente a erosão.

Para resolver a questão do acesso, verifica-se a necessidade de se reestruturar a portaria, com controle e orientação dos visitantes. Pudemos observar que a estrutura da entrada está abandonada e pouco chamativa, o que dificulta a visita das pessoas, pois, o descaso com a estrutura da entrada faz com que a população que procura o local para lazer se decepcione com a situação de abandono.

Em relação a isso, a Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderia propor uma ação de reconstrução e pintura da portaria. Faz-se necessária a troca de portão de entrada, pois se encontra quebrado, onde ficaria a recepção precisaria de uma reforma total.

Além de monitores para orientar os visitantes na entrada do parque, percebemos a necessidade de guardiões para a proteção do patrimônio público, tanto na entrada quanto em outros pontos do parque tanto para preservar e proibir entrada para outros fins, pois desta forma a estrutura do parque não venha ser danificada por pichações ou outras formas de vandalismos e invasões novamente, preservando o meio ambiente e as infraestruturas.

Verificamos a necessidade de se recuperar as placas existentes e aumentar a quantidade de placas no interior do parque, visando chamar a atenção dos visitantes para compreenderem como a natureza local é preservada e diversificada.

É importante colocar placas em algumas árvores, identificando as espécies e suas características, assim mostrando o nome científico e popular.

Um fator importante que poderia até atrair pessoas ao parque seria a colocação de placas ou de propaganda em avenidas da cidade, incentivando a população a fazer visitas ao Parque do Goiabal.

E visível que precisa de um melhoramento das trilhas seria legal ter um cercamento ou alguma coisa para ter a limitação de onde as pessoas podem ir assim para não estragar a vegetação e ter alguém para limpar as trilhas,

Em relação ao lixo, seria interessante a proibição da sua entrada e, caso entrasse, tivesse uma série de placas de aviso e orientações aos visitantes para o devido descarte em lixeiras para o seu posterior recolhimento e reciclagem.

Sobre as árvores caídas, poderia haver o reaproveitamento da madeira, fazendo sua reutilização na forma de bancos de descansos para as pessoas que caminham pelas trilhas.

No caso do fogo, é urgente a tomada de iniciativas para aração das terras no entorno do parque, na forma de aceiro, além da capina e roçagem do capim e demais espécies invasoras. O custo ambiental de incêndios no local é enorme.

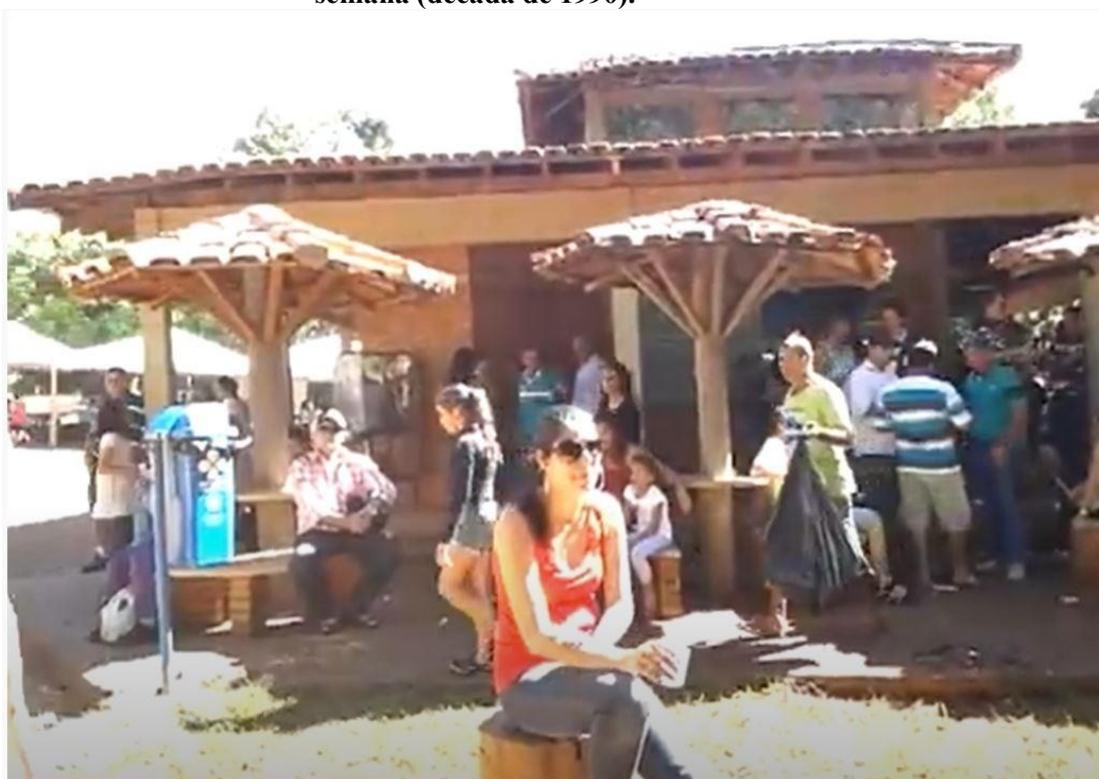
É imprescindível uma reforma nessas infraestruturas, de maneira a potencializar o seu funcionamento, o que garantiria aos visitantes do parque serviços higiênicos, algum tipo de alimento, água e bebidas, permitindo alguns shows com música ao vivo e um *happy hour* agradável, permitindo uma das funções sociais do parque que é o lazer, reconstruindo dinâmicas sociais de uso que ocorreram na sua inauguração (figura 22) e ao longo dos anos em que funcionou (figura 23).

Figura 22 – Parque do Goiabal – Inauguração.



Fonte: PSTV - Canal do You Tube (1985).

Figura 23 – Parque do Goiabal – Cenas de lazer nos finais de semana (década de 1990).



Fonte: Willian Silva - Canal do You Tube (1999).

Há que se investir para a recuperação da tela de proteção, recuperação do piso rachado, da pintura da quadra e das tabelas e redes, permitindo assim a realização de jogos de vôlei, futebol, handebol e basquete. Ademais, seria um lugar interessante e diferenciado para competições e gincanas, envolvendo universitários e a comunidade estudantil.

Em relação ao lago, sem dúvida, é um dos lugares mais bonitos depois da mata preservada. Os lagos são grandes, com centenas de metros de uma margem à outra. Roçada de mato, plantio de grama, cobertura para proteção do sol nas suas margens, soltura de peixes, estruturação de um pesque-pague e outras iniciativas, seriam importantes para tornar o lugar mais aprazível.

No caso do ponto de captação de água abandonada, poderia ser feito o aterro do lugar, para evitar a proliferação de mosquitos.

A reconstrução de cerca utilizando-se tela pode contribuir decisivamente para impedir a entrada de pessoas e animais na APA. É fundamental que as fazendas e loteamentos tenham que obedecer um distanciamento dessa cerca, responsabilizando-se pela preservação, roçada eaceiro. Nas avenidas que passam na face oeste, a Prefeitura Municipal tem que ser mais presente, fazendo a limpeza da área. Ademais, poderia promover o Parque, colocando outdoors de propaganda do Goiabal.

O Parque do Goiabal, devidamente protegido e com reestruturação de infraestruturas e gestão, pode-se tornar importante espaço para:

- Pesquisas científicas, pois tem importante fauna e flora;
- Atividades de lazer e turismo: Ituiutaba é uma cidade de médio porte e são raros os espaços públicos de lazer destinado à sua população. A recuperação do parque com uma gestão eficiente certamente atrairá visitantes.
- Atividade de educação ambiental: escolas, empresas e universidades poderiam usar as estruturas do parque para promover iniciativas de educação ambiental junto a funcionários e estudantes, dinamizando a capacidade desse público em entender o significado da natureza preservada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Analisar o Parque goiabal de Ituiutaba é antes de tudo, questionar a efetividade do planejamento urbano e as políticas de preservação do meio ambiente por parte do município e da população. O que pudemos observar é que desde a estruturação econômica da cidade, os remanescentes nativos estão à mercê do interesse privado e completamente impactado pela ação antrópica.

No dia 10 de abril de 2006, pelo Decreto Municipal nº 5.781, o Parque do Goiabal, em vista de seu significado histórico e paisagístico, foi tombado como patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquitetônico, Paisagístico e Etnográfico Através do Projeto Lei Municipal nº 88, aprovado em 13 de maio de 2020, o Parque do Goiabal foi elevado à condição de Área de Proteção Ambiental do Parque Urbano do Goiabal.

Na sua filosofia de construção, o parque que serviria como lazer e entretenimento aos tijucanos aos poucos perdeu sua funcionalidade. Tal porção anteriormente na descontinuidade urbana, hoje completamente incorporada na malha sofre os impactos da ausência de um plano ambiental que seja capaz de proteger essa unidade de conservação, tanto no que tange sua vegetação, quanto aos animais que habitam nessa área.

O local, composto por trilhas e algumas construções antes utilizadas para o lazer era palco de inúmeras visitas e eventos de todos os tipos, a ativação do parque com prévio estudo de impacto e sua utilização como forma de lazer e educação ambiental, outro método que seria importante para a ativação do parque seria a construção de um galpão para educação ambiental, tanto para alunos que até podem utilizar o local como estágio, passar conhecimento aos visitantes.

Outra proposta seria ter coleta seletiva, tanto na entrada, quanto em alguns pontos das trilhas para as pessoas não jogar lixo na trilha. Ao caminharmos pelo local, podemos ver que alguns pontos possuem alguns postes de iluminação, porém sem iluminação, em alguns pontos possui somente algumas placas com informações, como, proteger a área, não jogar lixo, entre outras.

Educar-se ambientalmente é construir um futuro que sustenta a necessidade da população sem esgotarmos os recursos naturais, para tanto é preciso construir parcerias entre a população, a gestão pública e privada e demais instituições educacionais nas esferas municipais, estaduais e federais visando assim e assegurando que a futura geração presencie se utilizem do mesmo.

Além daquilo que prevê as leis de conservação ambiental, preservar a unidade de conservação e suas funcionalidades sociais, bem como o lazer na área preservada, ambientalmente promove benefícios da evapotranspiração e microclima. Planejar pensando o Parque Goiabal é preservar a história do município e estreitar os laços entre sociedade e natureza.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial.** Belo Horizonte: Segrac, 2007.

BARROS, Thais Moreno de. **Análise socioambiental dos usos e ocupação das terras no entorno do Reservatório Jagurari-Jacareí (SP).** Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Geociências, Campinas, 2015.

BRASIL. **Iniciativa latino-americana e caribenha para o desenvolvimento sustentável – ILAC: indicadores de acompanhamento.** Brasília: UNEXO, PNUMA, Ministério do Meio Ambiente, 20007.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: outubro 2021.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em outubro de 2021.

BRITO, Maria Cecília Wey. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

CÔRTE, Dione Angélica de Araújo. **Planejamento e gestão de APAs: enfoque institucional.** Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

COSTA, Rildo Aparecido (2011). **Análise biogeográfica do Parque Municipal do Goiabal em Ituiutaba (MG).** Caderno Prudentino de Geografia, v.1, nº. 33, jan/jul, 68-83.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 2. ed. São Paulo: Gaia, 1993.

Diegues, A. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Hucitec, 1996.

FARIA, Helder Henrique de. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil.** Tese de doutorado em geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e de Tecnologia da Universidade Paulista de Presidente Prudente, 2004.

FERNANDES, B. R. **Planejamento Estratégico de Comunicação para o Licenciamento Ambiental no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, ECA-USP. 2014.

GANEM, Roseli Senna. **Atlas de conservação da natureza brasileira**. São Paulo: Metalivros, 2004.

GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla. Agentes produtores da forma urbana nas cidades médias do Triângulo mineiro e Alto Paranaíba – Estudo de Caso: Ituiutaba. **Anais: IX Colóquio Quapá SEL**. UFES/FAUUSP/QUAPÁ. São Paulo: Agosto de 2014. Pág. 01 a 25. Disponível em: <Agentes-produtores-da-forma-urbana-nas-cidades-médias-do-triângulo-mineiro-e-alto-Paranaíba—estudo-de-caso-Ituiutaba.pdf> (usp.br). Acesso: 08/09/2021.

IBAMA – **Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica**. Brasília, 2002.

IBGE. **Catálogo**, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=31553&view=detalhes>>. Acesso: 08/09/2021.

ICMBIO. **Relatório de Gestão do ICMBio** – 2012.

ICMBIO. **Relatório de Gestão do ICMBio** – 2015.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **R`AEGA**. Curitiba, UFPR, nº 8, p. 83-91, 2004.

MILLER, Kenton. **Em busca de um novo equilíbrio**. Brasília: IBAMA, 1997.

MMA - **Roteiro metodológico de planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. IBAMA. 2002

MORAES, Marília Britto Rodrigues. **Implementação das Áreas de Proteção Ambiental no Brasil: o Enfoque da Gestão**. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, doutor em Ciências, 2011.

MUEHE, G. de C. O Litoral Brasileiro e sua compartimentação. In: CUNHA, S.B. e UERRA, A. **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1998. p. 273-349.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Prototipo de Catálogo de Paisaje. Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los Catálogos de Paisaje de Cataluña**. Olot y Barcelona: Observatorio del Paisaje de Cataluña, 2006.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. A discussão do conceito de paisagem na geografia: considerações a partir da abordagem cultural, **Textos & Debates**, 2006, nº 11, Universidade Federal de Roraima.

PAIVA, Andréa Vulcanis Macedo de. Aspectos legais das Áreas de Proteção Ambiental: conceito legal, plano de manejo, zonas de amortecimento, conselho, limitações à propriedade e indenização. In GUAPYASSÚ. Sandra Maria dos Santos (editora). **Gerenciamento de áreas de proteção ambiental no Brasil**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003.

Parreira Oliveira, L., & Ribeiro Filho, V. (2017). O desenvolvimento socioeconômico do Pontal do Triângulo Mineiro: uma análise das atividades do campo e da cidade em Frutal (MG) e em Ituiutaba (MG). **Ateliê Geográfico**, 11(1), 49–70.

PHILLIPS, Adrian, **A história do sistema internacional de categorias de gestão de áreas protegidas**. PARKS, V. 14, nº 3, p. 4 – 14, 2004.

PIRES, Paulo Silva. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC 2002.

SILVA ARAÚJO, F.F. *et al.* **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro** / Rodrigo Medeiros, Fábio França Silva Araújo; Organizadores. – Brasília: MMA, 2011.

SILVA, Daniel Araújo; SANTOS, Betânia Aparecida Barbosa dos; LOBODA, Carlos Roberto (2015). Arborização de acompanhamento viário: um estudo sobre o Conjunto Avanhandava em Ituiutaba (MG). *Revista Georaguaia*, v.5, nº. 2, 97-114.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**; Ministério do Meio Ambiente.

UNCED **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – “Nosso Futuro Comum”**, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1988.

VALLEJO, Luiz Renato (2003), Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, UFF, Vol. 4, Nº 8.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (2005), "Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais", in Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (orgs.), **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

CÓPIA

LEI Nº 1826, DE 24 DE AGOSTO DE 1977

Autoriza a criação do Parque Municipal do Goiabal e dá outras providências

cias

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Parque Municipal do Goiabal, situado às margens da Rodovia MI-02, no local denominado "Chicara do Goiabal", pertencente ao patrimônio Municipal, com a área de 31,2876 hectares, abrangendo o seguinte perímetro: começa no canto da cerca de arame do lado direito de uma estrada vicinal que dá acesso à sede do local e segue com rumo de $149^{\circ}19'20''SE$ e distância de 127,259 metros; daí segue com um rumo de $128^{\circ}40'23''SE$ e distância de 177,65 metros; daí segue rumo $106^{\circ}34'28''SE$ e distância de 220,00 metros; daí segue beirando uma vala seca que serve de divisa natural, até encontrar uma cerca de arame que divide as terras ora citadas e outras de propriedade de João Gonçalves Moreira Sobrinho, segue por esta cerca rumo $117^{\circ}57'24''SE$ e distância de 297,65 metros; daí segue rumo de $110^{\circ}42'07''SE$ e distância de 297,65 metros; daí segue rumo de $39^{\circ}11'15''NE$ e distância de 42,04 metros; daí segue beirando uma vala com água corrente, pelo lado esquerdo, até encontrar uma cerca de arame; daí segue rumo $62^{\circ}08'25''NE$ e distância de 79,17 metros; daí segue rumo de $346^{\circ}25'46''NO$ passando sobre uma vala seca; daí segue rumo de $275^{\circ}03'30''NO$ e distância de 146,50 metros passando pela vala novamente; daí segue rumo de $310^{\circ}33'12''NO$ e distância de 287,78 metros; daí segue rumo de $335^{\circ}58'52''NO$ e distância de 46,45 metros, cruzando pela vala novamente; daí segue rumo de $09^{\circ}11'10''NE$ e distância de 103,56 metros; daí segue rumo de $278^{\circ}00'18''NO$ e distância de 142,35 metros; daí segue rumo de $226^{\circ}15'00''SO$ e distância de 34,00 metros passando pelo marca de cimento cravado no local, segue até uma vala seca que serve de divisa natural e beirando esta até encontrar uma cerca de arame que divide as terras ora descritas e a Ro-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

CÓPIA



Lei nº 1826, de 24 de agosto de 1977: - continuação - Folha 2 -

devia MI-02; daí segue por esta com um rumo de 209º50'00"ºº e distância de 474,00 metros até encontrar o ponto de partida.

Art.2º - O Parque Municipal do Goiabal terá por finalidades:

- a) resguardar os atributos excepcionais da natureza na região;
- b) proteger integralmente a flora, a fauna e demais recursos naturais;
- c) ser utilizado para objetivos educacionais, científicos, recreativos e turísticos.

Art.3º - Fica proibida qualquer forma de exploração de recursos naturais, bem como o uso de fogo na área do Parque Municipal do Goiabal.

Parágrafo Único - O solo, as águas, a flora, a fauna e demais recursos naturais do Parque Municipal do Goiabal ficam sujeitos ao regime especial de proteção do Código Florestal, da Lei de Proteção à Fauna, do Código de Pesca e demais normas pertinentes ao assunto.

Art.4º - Fica proibida a supressão total ou parcial da área do Parque Municipal do Goiabal.

Art.5º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, com o Instituto Estadual de Florestas, convênios de assistência técnica e de elaboração do projeto do Parque Municipal do Goiabal.

Art.6º - As despesas decorrentes com a execução desta lei, correrão à conta de dotações do orçamento vigente.

Art.7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lei nº 1626, de 24 de agosto de 1977 - continuação - folha 3 -

Faço, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dada na Prefeitura de Ituiutaba, em 24 de agosto de 1977.



Acácio Alves Cintra Sobrinho
- Prefeito de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA**DECRETO N. 5.781, DE 10 ABRIL DE 2006**

Dispõe sobre o tombamento e respectiva inscrição do Sítio denominado Parque do Goiabal, localizado nesta cidade.

O Prefeito de Ituiutaba, usando da atribuição que lhe confere o artigo 62, inciso V da Lei Orgânica do Município de Ituiutaba, e tendo em vista o disposto na Lei nº 3.305, de 08 de outubro de 1998 e no Decreto nº 4.492, de 03 de fevereiro de 1999,

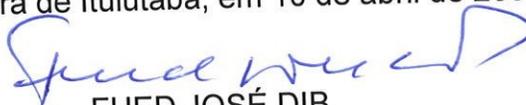
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o tombamento, realizado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ituiutaba, do sítio denominado **PARQUE DO GOIABAL**, indicado para ser tombado em vista de seu significado histórico e paisagístico, nos termos e pareceres e planta constantes do processo próprio daquele órgão, o qual será imediatamente inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Arquitetônico, Paisagístico e Etnográfico - Livro I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 10 de abril de 2006.



FUED JOSÉ DIB

- Prefeito de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Aprovado em 1ª votação por 14 favoráveis 00 contrários. LEI N. XXXX, DE XX DE XXXX DE 2020

14 / 07 / 2020



Presidente

*Modifica a redação da alínea "b",
e acrescenta o parágrafo único ao art. 2º
da Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977*

CH/28/2020

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A alínea "b" do artigo 2º da Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) proteger a flora, fauna e demais recursos naturais, culturais, que envolvem a integração entre meio ambiente e uso humano sustentável."

Art. 2º O artigo 2º da Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Fica reconhecido por esta lei que o parque municipal urbano do Goiabal, como APA Área de Proteção Ambiental, denominada APA Goiabal"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 13 de maio de 2020.

Fued José Dib
- Prefeito de Ituiutaba -

... IN. ORÇ., TOMADA DE
... E FISCALIZAÇÃO
... em 18 / 05 / 2020

PRESIDENTE

A COMISSÃO DE LEGISL. JUSTIÇA E REDAÇÃO.
S.S. em 13 / 05 / 2020

PRESIDENTE

A ordem do dia desta sessão
14 / 07 / 2020
Presidente

Aprovado em 2ª votação por
15 favoráveis 00 contrários
17 / 07 / 2020

Presidente

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Ofício nº 2020/080

Ituiutaba, 13 de maio de 2020.

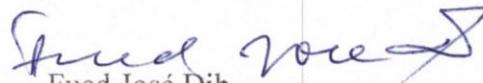
A Sua Excelência o Senhor
Francisco Tomaz de Oliveira Filho
Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba
Av. 23, 1275
38300-114 - Ituiutaba - MG

Assunto: Encaminha Mensagem nº 28

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Exa. a inclusa Mensagem nº 28/2020, desta data, acompanhada de projeto de Lei que *modifica a redação da alínea "b", e acrescenta o parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977*

Atenciosamente,



Fued José Dib

- Prefeito de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

MENSAGEM N. 028/2020

Ituiutaba, 13 de maio de 2020.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que Modifica a redação da alínea “b”, e acrescenta o parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977.

A lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977 cria o “Parque do Goiabal”, e o presente projeto de lei tem o intuito de adequar a legislação a lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, lei federal 9.985 de 18 de julho de 2.000.

Conforme ofício do IEF – Instituto Estadual de Floresta, o Parque do Goiabal foi classificado como APA, Área de Proteção Ambiental, desta maneira o presente projeto de lei tem o fito de adequar a lei que cria o parque do Goiabal a definição de Área de preservação ambiental prevista na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2.000.

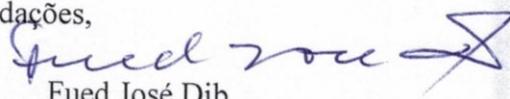
A Secretária Municipal de Meio Ambiente se pronuncia favoravelmente a modificação de lei nos autos do processo administrativo nº 11.813/2019.

Necessário ressaltar que o Parque do “Goiabal”, fragmento urbano savânico-florestal, representa uma das poucas amostras de vegetação original que restam no município Ituiutaba. E, considerando que o Triângulo Mineiro é uma das regiões prioritárias para a conservação do Cerrado, esse fragmento necessita de ações efetivas para sua conservação e adequado manejo.

Justificadas, pois, as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto de lei ao exame dessa Egrégia Casa Legislativa, renovando a Vossa Excelência, na oportunidade, protestos de apreço e consideração.

Valho-me do ensejo para renovar-lhe os protestos de estima e apreço.

Saudações,



Fued José Dib

- Prefeito Municipal -

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
TERMO DE RESPONSABILIDADE DE AVERBAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE RESERVA FLORESTAL

Aos 28 dias do mês de julho de 2.005, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na praça Cônego Ângelo Tardiô Bruno, s/nº, inscrita no CNPJ-MF sob número 18.457.218/0001-35, na qualidade de PROPRIETÁRIO do imóvel denominado "**Dr. Petrônio Rodrigues Chaves**" (**PARQUE DO GOIABAL**), situado na região da antiga Fazenda Côrego Sujo, neste distrito, no município e comarca de **ITUIUTABA/MG**, objeto da matriculado nº 35.134, declaram perante a autoridade florestal que também este termo assina, tendo em vista o que determina a Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, em seus artigos 16 e 44, Artigo 14º da Lei Florestal nº 14.309 de 19 de junho de 2002, que a floresta ou forma de vegetação existente, com área de **48.400,00 m2**, na totalidade da propriedade, compreendida nos limites abaixo indicados, fica gravada como de utilização limitada não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização do IEF, comprometem-se, por si, seus herdeiros ou sucessores a fazerem o presente gravame sempre bom, firme e valioso, compreendida dentro do perímetro descrito abaixo.

CARACTERÍSTICAS, CONFRONTAÇÕES E ÁREA DO IMÓVEL

ÁREA = 48.400,00 m2 Tipo de solo = latossolo areno-argiloso. Declividade = 0 a 5°. Confrontantes = Prefeitura Municipal de Ituiutaba, Baduy e Cia Ltda e ribeirão São José.

LIMITES E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA PRESERVADA

RESERVA FLORESTAL – 48.400,00 m2, em vegetação nativa, – Inicia-se no ponto R01 de coordenadas UTM E=663.096,616 e N=7.897.509,035, situado junto a divisa do imóvel pertencente a Baduy e Cia Ltda e Prefeitura Municipal de Ituiutaba (parque do Goiabal), e segue dividindo com este último até o Ribeirão São José, limitando por cerca de arame, aos azimutes e distâncias de 29°46'48" por 41,18 metros, 30°19'30" por 65,27 metros, 42°34'09" por 25,83 metros, 38°40'45" por 48,29 metros, 50°50'53" por 57,82 metros, 104°15'40" por 305,97 metros, 99°56'23" por 60,49 metros e 117°58'48" por 145,39 metros; finalmente, segue confrontando com Baduy & Cia Ltda, até o vértice inicial, aos azimutes e distâncias de 273°41'22" por 440,44 metros e 252°39'09" por 200,00 metros, onde fechou-se este perímetro resultando uma área com 48.400,00 m2.

Comprometem-se, outrossim, os proprietários a efetuarem a averbação do presente termo e da planta, delimitando a área preservada no Cartório de Registro de Imóveis.

A autoridade florestal local do IEF declara que a área acima descrita foi localizada dentro da propriedade referida.

Assim sendo, os proprietários firmam o presente Termo em três vias de igual forma e teor na presença da autoridade florestal e testemunhas abaixo que igualmente rubricam os termos.

Testemunha

Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Testemunha

Autoridade Florestal

FOLHA Nº	VISTO
21	
Secretaria Desenv. Econ. e Turismo	

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
TERMO DE RESPONSABILIDADE DE AVERBAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE RESERVA FLORESTAL

Aos 28 dias do mês de julho de 2.005, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na praça Cônego Ângelo Tardio Bruno, s/nº, inscrita no CNPJ-MF sob número 18.457.218/0001-35, na qualidade de PROPRIETÁRIO do imóvel denominado "**Dr. Petrônio Rodrigues Chaves**" (**PARQUE DO GOIABAL**), situado na região da antiga Fazenda Córrego Sujo, neste distrito, no município e comarca de ITUIUTABA/MG, objeto da matriculado nº 32.010, declaram perante a autoridade florestal que também este termo assina, tendo em vista o que determina a Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, em seus artigos 16 e 44, Artigo 14º da Lei Florestal nº 14.309 de 19 de junho de 2002, que a floresta ou forma de vegetação existente, com área de **327.592,00 m2**, na totalidade da propriedade, compreendida nos limites abaixo indicados, fica gravada como de utilização limitada não podendo nela ser feito qualquer tipo de exploração a não ser mediante autorização do IEF, comprometem-se, por si, seus herdeiros ou sucessores a fazerem o presente gravame sempre bom, firme e valioso, compreendida dentro do perímetro descrito abaixo.

CARACTERÍSTICAS, CONFRONTAÇÕES E ÁREA DO IMÓVEL

ÁREA = 327.592,00 m2 Tipo de solo = latossolo areno-argiloso. Declividade = 0 a 5°. Confrontantes = Prefeitura Municipal de Ituiutaba, Baduy e Cia Ltda, Estrada Municipal, Bairro Tupã, Maria Helena de Jesus Teixeira e ribeirão São José.

LIMITES E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA PRESERVADA

RESERVA FLORESTAL – 327.592,00 m2, em vegetação nativa, – Inicia-se no ponto R01 de coordenadas UTM E=663.727,041 e N=7.897.540,326, situado na margem esquerda do ribeirão São José, na divisa do imóvel pertencente a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, e segue dividindo com este último e depois com Baduy & Cia Ltda, limitando por cerca de arame, aos azimutes e distâncias de 136°41'33" por 144,00 metros, 12°17'06" por 165,41 metros, 123°07'06" por 199,71 metros, 57°55'20" por 240,85 metros, 102°07'20" por 35,50 metros, 109°47'49" por 46,54 metros, 111°12'12" por 93,04 metros, 113°03'28" por 52,13, 128°40'36" por 40,12 metros, 136°00'20" por 116,46 metros, 153°16'34" por 46,75 metros, 155°31'58" por 82,16 metros. Daí, segue limitando por uma estrada municipal ao azimute de 238°38'00" e distância de 474,98 metros. Em seguida, por cerca de arame, confrontando com o bairro Tupã, aos azimutes e distâncias de 323°34'35" por 94,18 metros, 314°02'12" por 21,07 metros, 322°00'16" por 290,01 metros, 241°39'20" por 47,04 metros, 282°43'32" por 141,79 metros e depois confrontando com Maria Helena de Jesus Teixeira, aos azimutes e distâncias de 144°14'18" por 107,14 metros, 316°51'42" por 344,09 metros, 279°49'03" por 126,00 metros, 355°58'54" por 28,98 metros, 331°37'12" por 74,35 metros. Finalmente, segue limitando pelo ribeirão São José a montante, até o ponto inicial, com a distância entre os pontos extremos deste percurso de 105,00 metros onde fechou-se este perímetro resultando uma área com 327.592,00 m2.

Comprometem-se, outrossim, os proprietários a efetuarem a averbação do presente termo e da planta, delimitando a área preservada no Cartório de Registro de Imóveis.

A autoridade florestal local do IEF declara que a área acima descrita foi localizada dentro da propriedade referida.

Assim sendo, os proprietários firmam o presente Termo em três vias de igual forma e teor na presença da autoridade florestal e testemunhas abaixo que igualmente rubricam os termos.

Testemunha

Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Testemunha

Autoridade Florestal

CO	INSTRUMENTO	INSCRIÇÃO	DATA



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Relator: Ver. Batuta (Wellington Arantes Muniz Carvalho)

FUED JOSÉ DIB, digno Prefeito Municipal, envia ao Legislativo projeto de lei CM/28/2020, que modifica a redação da alínea “b”, e acrescenta o parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977, que visa a proteger a flora, fauna e demais recursos naturais do Parque Urbano do Goiabal e reconhece como APA de Proteção Ambiental.

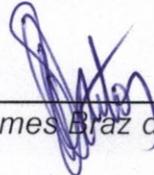
Nenhuma restrição a ser feita, seja ao aspecto jurídico-legal da matéria apreciada, seja à sua redação.

Quanto ao seu mérito, entretanto, que manifeste o Plenário.

Câmara Municipal de Ituiutaba, 14 de julho de 2020.


Presidente: Renato Silva Moura

Relator: Batuta (Wellington Arantes Muniz Carvalho)


Membro: Odeemes Braz dos Santos



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO

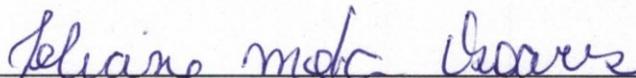
Relatora: Ver. Amaury Braz de Oliveira

FUED JOSÉ DIB, digno Prefeito Municipal, envia ao Legislativo projeto de lei CM/28/2020, que modifica a redação da alínea “b”, e acrescenta o parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1.977, que visa a proteger a flora, fauna e demais recursos naturais do Parque Urbano do Goiabal e reconhece como APA de Proteção Ambiental.

A matéria submetida ao nosso exame não contém imperfeição de maior monta que comprometa o seu aspecto técnico ou financeiro.

Quanto ao seu mérito, entretanto, que manifeste o Plenário.

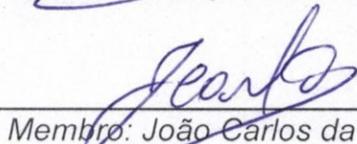
Câmara Municipal de Ituiutaba, 14 de julho de 2020.



Presidente: Joliane Mota



Relatora: Amaury Braz de Oliveira



Membro: João Carlos da Silva